

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO GRUPO
AMIGOS DE LISBOA

ANO XVI — N.º 62



ABRIL DE 1953

COMPANHIA

DE

DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
com o capital de Esc. 179.300.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes na Província
de ANGOLA em regime de exclusivo

SEDE SOCIAL:

LISBOA — Rua dos Fanqueiros, 12 - 2.º — Teleg. DIAMANG

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cor. António Lopes Mateus

PRESIDENTE DOS GRUPOS ESTRANGEIROS

Mr. Firmin Van Brée

VICE - PRESIDENTE

Banco Burnay

ADMINISTRADOR - DELEGADO

Com. Ernesto de Vilhena

Direcção Geral na Lunda Representação em Luanda

Director geral

José Tavares Paulo

Representante

Cap. Mário Augusto da Costa

VIDROS E CRISTAIS

Especializada no fabrico de vidros para iluminação
e de frascaria para perfumaria e laboratórios

GAIVOTAS, L.^{DA}

FÁBRICA FUNDADA EM 1811

Rua das Gaivotas, 10 a 24

Telefone P. C. (2 linhas) 6 3177

Pedro d'Oliveira Telhado & C.^a



Rua dos Fanqueiros, 81 - 2.º

LISBOA

Telef. 25931

Teleg. Knoblock



Exportadores de Tecidos para as Colónias

Fornecedores das Entidades Oficiais

CASA DA VELHA

J. MARQUES, LIMITADA

GRANDE SORTIDO

Em Fazendas de Algodão, Lã e Seda, Casacos para Senhora e Criança,
Fatos à Marinheiro, Rouparia e Camisaria

Enxovais para Baptizados

151, 153 — Rua dos Fanqueiros — 155, 157

2 — Rua da Vitória, 4 — LISBOA

Os «Amigos de Lisboa»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa



Domingos de Lisboa

CONVENTO E IGREJA DA MADRE DE DEUS (XABREGAS)



A Rainha Dona Leonor, Mulher de D. João II, resolveu isolar-se da Corte, fundando, em Xabregas, um Convento que ficou pertencendo às franciscanas claristas sob a invocação da Madre de Deus. Para substituir a capela da casa onde o Convento se instalara, mandou Dona Leonor construir uma Igreja que D. João III, e mais tarde D. João V e D. José, enriqueceram com magníficas obras de Arte.

Azulejos dos séculos XVI (2.^a metade), XVII e XVIII, um magnífico tabernáculo renascença, preciosos mosaicos venezianos, pinturas famosas; os altares, o púlpito, as molduras dos painéis e o arco triunfal da nave, todos na mais fina e magnificente talha dourada, deslumbram o visitante e impõem a Igreja da Madre de Deus como um verdadeiro santuário de Arte, erguido por obra e graça de uma Rainha que muito sofreu.

PASSAM JUNTO DO CONVENTO
E IGREJA DA MADRE DE DEUS
ELÉTRICOS DA CARREIRA 9

PATENTE AO PÚBLICO TODOS OS DIAS, EXCEPTO ÀS 2.^{AS}
FEIRAS E DIAS DE FERIADO NACIONAL, DAS 11 ÀS 16 H.



COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

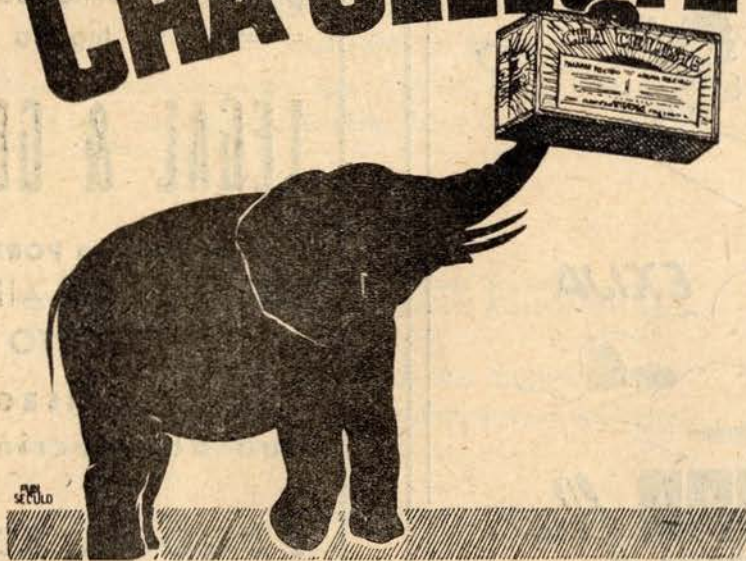
GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES



Livraria Garrett, 36

L I S B O A

CHÁ CELESTE



A T E N Ç Ã O

A OUIVESARIA **Miguel A. Fraga, L.^{da}** R. da Palma, 26-28

Participa aos seus amigos e clientes que já se encontra nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

(Largo Martim Moniz, 18)

Onde continua a vender OURO, PRATA, E JÓIAS a baixos preços.

Telefone 2 8503

Pérola do Rocio, L.^{da}

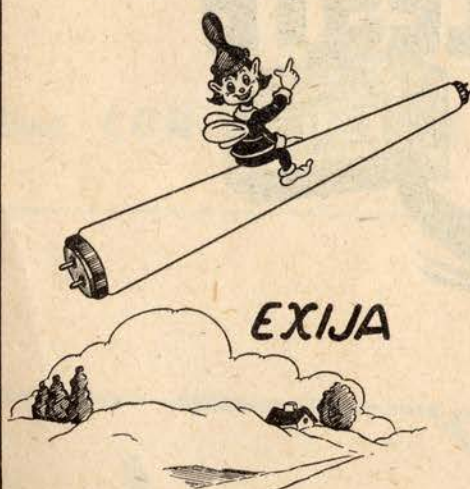
Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas, para todo o país e estrangeiro

Rocio, 105 - LISBOA

Telefone 2 0744

SE QUERE A MELHOR...



EXIJA

LUMIA *fluor*
FABRICAÇÃO FRANCESA
LICENÇA SYLVANIA

AMIGOS DE LISBOA

Para efectuarem os seus Seguros,
preferam a conhecida Companhia
Ingleza

LEGAL & GENERAL

com Sede em PORTUGAL na
Avenida dos Aliados, 58
PORTO

Em LISBOA
Rua do Alecrim, 38-2.º

**FOGO — ACIDENTES
PESSOAIS — CRISTAIS**

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

•
JOIAS ◊ OURO ◊ PRATA ◊ RELÓGIOS
•

Rua Martim Moniz, 2-10 — Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 — LISBOA

Oferta

27. JUL. 1983

LISBOA

BOLETIM TRIMESTRAL



ANO XVI

ABRIL DE 1953

NÚMERO 62

DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Rua Garrett, 62, 2.º — Telefone 2 5711

Comp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155

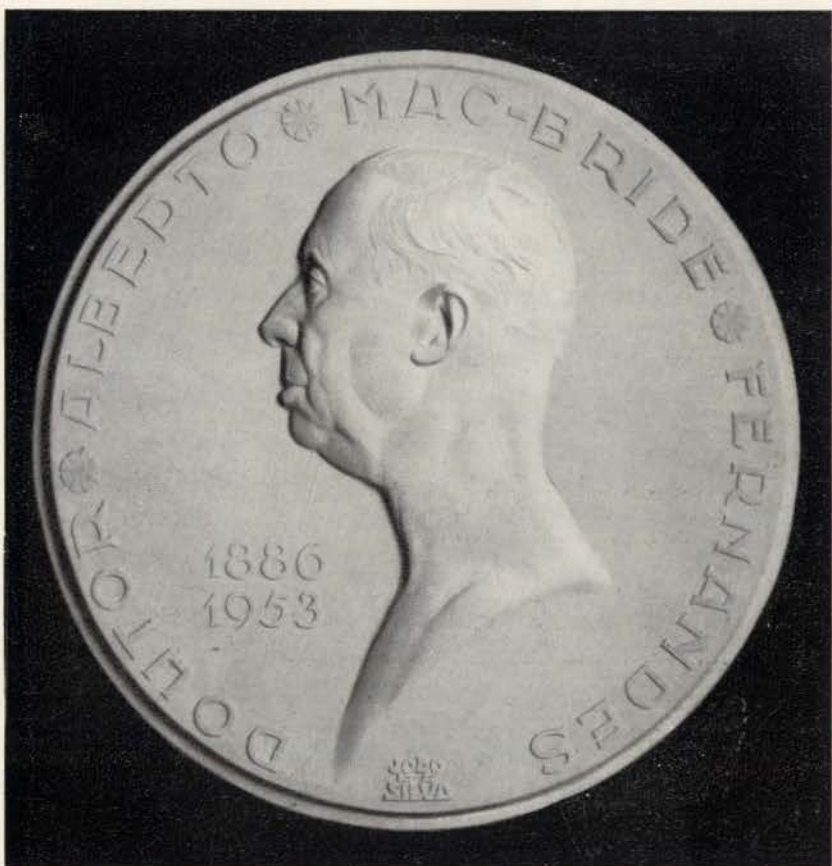
SUMÁRIO

	Pág.
Alberto Mac-Bride †, por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	67
As últimas preocupações lisiponenses do Dr. Alberto Mac-Bride, por <i>Eduardo Neves</i>	68
A ARQUITECTURA DE LISBOA	
<i>(Série de Conferências sobre a Arquitectura da Capital)</i>	
Introdução, por <i>Eduardo Neves</i>	71
29 DE JANEIRO	
Generalidades, pelo Arquitecto <i>Raul Lino</i>	73
5 DE FEVEREIRO	
Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, pelo Prof. <i>Armando de Lucena</i>	83
12 DE FEVEREIRO	
A Fatalidade do Tempo!, por <i>Matos Sequeira</i>	95
Colectânea de jornais (<i>Conclusão</i>)	103
Vistas de Lisboa, por <i>António de Aguiar</i>	119
Feira da Ladra	125

NA CAPA — O Portal do Mosteiro dos Jerónimos (*Desenho de José Espinho*)

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



DOUTOR ALBERTO MAC-BRIDE FERNANDES

(Medalha da autoria do escultor João da Silva)

ALBERTO MAC-BRIDE

HÁ indivíduos que, embora dispersem as suas actividades, marcam em todas elas uma posição dominante, e o seu eclectismo não os leva a diminuir-se nos assuntos em que intervêm. O milagre reside no calor passional com que os agitam. Quem pelo seu feitio dispersivo não carrega para cada obra que lhe apetece um pouco de coração, não consegue para ela senão um todo-nada de curiosidade.

O Doutor Alberto Mac-Bride Fernandes era um desses privilegiados da dispersão afectiva. Tocava os assuntos com paixão, vivia-os, e acrescentava-os com a sua inteligência penetrante. O ilustre Cirurgião passava dos realismos da clínica para as realidades da história, da arte ou da investigação, com um amor da verdade e com uma sensibilidade de artista que o apetrechavam para todos os problemas. O seu interesse era vivo e real, bem enraizado no coração e, por isso, bem longe das superficialidades do curioso e do amador.

Dentro deste cenáculo de Amigos de Lisboa, era uma autoridade prestigiosa, um conselheiro a que se acudia, um artista que se consultava, um amoroso do saber, no sentido alto da palavra. Tivemo-lo connosco desde as primeiras horas desta tentativa, quase romântica, e a sua figura de lisboeta de grande cultura e de descompassado coração de Amigo, nunca deixou de estar à frente de nós todos. Foi um exemplo, e é uma saudade.

M. S.

AS ÚLTIMAS

preocupações olisiponenses do

DR. ALBERTO MAC-BRIDE

HÁ precisamente um mês, que Alberto Mac-Bride, deixou de sofrer a tortura dos seus últimos meses de existência e relembrando hoje as suas últimas palavras, pensadas e escritas sobre Lisboa, que bem revelam a sua cultura e o seu amor à cidade; assim se lhe presta homenagem.

Em 24 de Janeiro, visitei-o no Hospital de S. José, a que tanto queria, que tanto ilustrou e onde veio a morrer, para lhe levar pessoalmente um officio da Junta Directiva e da Assembleia Geral do nosso Grupo, a desejar-lhe as melhoras; esse viático espiritual que os amigos lhe iam de quando em quando levar, para entreter o seu espirito e dulcificar a sua existência.

Agradeceu-o, levando-o ao coração, leu no nosso OLISIPO uma nota que na «Feira da Ladra» escrevi, no penúltimo número e chamando-me à parte escreveu célere a nota que se reproduz em fotografura e que diz:

Importante. Uma referência à modificação que vão fazer no arco da entrada, que está agora todo em baixo, apeado. É o primeiro monumento da G. Peninsular. Para a história dirija-se a meu irmão Eugénio, que conhece o artigo da minha Mnemosine Lusitana. — Era curioso que o nosso prestável Portugal fizesse umas fotografias no decurso do trabalho.

Mostra ela a fotografia absoluta do autor; raciocínio perfeito, clareza de ideias, amor por Lisboa e a sua vasta cultura e espirito de observação.

Cumpriu-se o seu desejo. Matos Sequeira, informado por mim, escreveu na Imprensa; Eduardo Portugal, a meu pedido, fez as fotografias; só não se conseguiu foi evitar o atentado, que uma explicação tenta justificar e pretende deixar sossegados, os que com estas coisas de arte e de espirito se preocupam. Como se para tal houvesse justificação e possibilidade de reposição condigna!

Só, altear e alargar — um arco monumental e escultórico, todo ele uno e obra de artista!...

J me portaube
uma referência
à modificação que
não fazer no artigo da
curatela, que está agora
todo em letra e o
apreço.

É o primeiro monumento
de S. Petri. Para
a história deriva-se a new
Jornal de Minas, um canção
o artigo na Minas Gerais
Luzilândia -

- Era arribo de o novo
nesta em Portugal porem
umos potempes do decurso
do bacham -

Fac-símile de nota, manuscrita pelo Dr. Alberto Mac-Bride
e transcrita no comentário que se segue

Não quis deixar inédito este seu pensamento escrito sobre um monumento de Lisboa, prova do seu acrisolado amor à nossa terra, cuja história, urbanização e cultura tanto preocuparam sempre o seu cultíssimo espírito, que sempre tanto apreciei nas nossas andanças de dirigentes ou assíduos dos Arqueólogos, da Sociedade das Ciências Médicas e dos «Amigos de Lisboa», de que era um dos carolas e dos melhores.

Que Deus se lembre da sua boa alma como nós recordamos, saudosos, o seu belo espírito, a sua amizade e cultura.

As palavras oficiais dos «Amigos de Lisboa» a mais um sócio fundador de que ficamos privados, disse-as já o confrade e Vice-Presidente da Junta Directiva; estas são, muito embora subscritas pelo Secretário-Geral, simples dizeres de amigo.

28/2/953.

EDUARDO NEVES

A ARQUITECTURA DE LISBOA

SÉRIE DE CONFERÊNCIAS SOBRE A ARQUITECTURA
DA CAPITAL

*M*ARCADAS desde 5 do corrente as conferências da série da «Arquitectura de Lisboa», foram, como é óbvio, distribuídos vários convites e tomados vários compromissos para a sua realização. Embora não nos surpreendesse o falecimento, esta manhã ocorrido, do sócio fundador n.º 3 o actual Presidente da nossa Assembleia Geral, por muito que isso nos enlutasse, e todos o sentimos profundamente, não permitiu pelas razões expostas, adiar a conferência de hoje.

Mesmo, tendo sido Alberto Mac-Bride um estudioso e apaixonado pelo arranjo urbanístico da cidade, e sendo a nossa sessão de hoje uma sessão de estudo sério sobre esse assunto — sério, pela categoria e nome simultâneos desta casa e do ilustre conferente de hoje — não fica mal, que depois destes curtos momentos de sentido pesar pelo seu passamento, vamos aprender e estudar com o conferente de hoje noções úteis sobre a Architectura de Lisboa.

O espírito do Dr. Alberto Mac-Bride, profundamente amante da sua e nossa terra, que há tão pouco nos deixou, paira ainda, certamente, no ambiente desta sala ao focarmos um assunto de tanta monta e que ele tanto apreciava.

O Grupo «Amigos de Lisboa» ao promover uma série de conferências sobre o momentoso problema «Arquitectura de Lisboa», teve o intuito, do que, aliás, foi sempre o seu lema e fim, agitar as questões que interessem à cidade e a defesa do seu património artístico, moral, espiritual e material.

Para isso, chamou a si vultos dos mais notáveis para no assunto em questão darem o seu parecer, defenderem os seus critérios, com a norma de, respeitando todas as ideias, deixar ampla liberdade de expressão a todos os expositores, reservando no final a própria opinião do Grupo.

Tribuna livre, respeitosa e elevada, como é índole desta casa e timbre dos prelectores, vai a primeira série abrir o debate com três nomes notáveis: um architecto dos mais illustres, o conferente de hoje; um professor de Pintura, artista de rara sensibilidade e conferencista de mérito, e um académico mestre olisiponense, arqueólogo, jornalista e literato. Todos embuídos de muito amor a Lisboa e ao seu bom nome, nos falarão apaixonada e eruditamente. A esta série outras, possivelmente, se seguirão em que vão aparecer nomes de outros sectores e talvez com outras variantes de ideias; o que não podia acontecer, era o Grupo «Amigos de Lisboa» deixar de se interessar pelo assunto e nesta sala, e neste momento não se falar da Architectura da cidade que nos foi berço.

Depois da «Cor de Lisboa», do «Pitoresco de Lisboa» e do «Primeiro Circuito da Lisboa Moderna», esta realização de agora não é mais do que o cumprimento do determinado na alínea a) do Artigo 2.º dos nossos Estatutos, que determina como objectivos do Grupo: «contribuir para o estudo e solução dos problemas de urbanismo e expansão de Lisboa».

Mestre Raul Lino, que hoje vamos ouvir, não necessita nunca, e neste assunto, sobretudo em que é consagrado Mestre, de apresentação. É o autor do restauro, e decoração de tantas maravilhas que por todo o País admiramos, é o cronista técnico que muitas manhãs deleita os «Amigos de Lisboa» na leitura do «Diário de Notícias», é o apaixonado patrioticamente pela sua arte, o burilador elegante da História Literária da Casa e da Architectura Portuguesas.

Começa, pois, esta série, não por uma conferência, mas por uma lição. Seja bem-vindo, e queira aceitar os agradecimentos pela aquiescência ao nosso convite e pela honra que confere hoje a esta casa e a todos nós.

Lisboa, 29/1/953.

EDUARDO NEVES

AS CONFERÊNCIAS

29 DE JANEIRO (1)

GENERALIDADES

pelo Architecto RAUL LINO

COMEÇAREI por pedir a VV. Ex.^{as} que admirem a minha coragem de vir aqui falar sobre a nossa cidade, onde tantas pessoas ilustres já se fizeram ouvir acerca destes assuntos, pondo no caso a sua erudição, o seu prestígio, o seu brilho literário.

Compreendo, no entanto, que, perante tão momentoso tema como é o da Architectura de Lisboa, não seja de mais ouvirem-se algumas vozes diferentes, mesmo quando pouco possam acrescentar de inédito ao muito que já tem sido apresentado e discutido. Há sempre vantagem em virar o motivo que nos interessa para todos os lados, para que a luz incida sobre ele em variados ângulos revelando um ou outro aspecto que, embora possa não ser dos mais importantes, contribua contudo para perfazer ou aclarar o objecto no seu conjunto.

Seja portanto a nossa vez de dizermos por que é que está na berlinda a cidade de Lisboa.

Nesta metrópole, a brusca transição por que o Mundo está passando manifesta-se de maneira atenuada. Valha-nos isso ao menos, que os sintomas desta transição não se apresentem com aquela crueza ou violência que se revela noutras cidades, nomeadamente nalgumas da América latina. — A quem não viva inteiramente alheado da Natureza, transformações bruscas têm sempre qualquer coisa de doloroso ou assustador. Na Natureza, as alterações violentas, imediatas, sem transição, são sempre catastróficas — os terremotos, as derrocadas, os aludes, ciclones, trovoadas fulminantes, etc.

Assistimos portanto a uma transformação lenta e não catastrófica (a não ser em certos casos limitados), da fisionomia olisiponense. Transformação que de certo modo se justifica plenamente — pela

(1) Presidiu o Sr. Prof. Dr. Augusto Pires Celestino da Costa, secretariado pelos Srs. Vereador Aníbal David e Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves.

mudança dos modos de vida, pelo acréscimo da população, pelo desenvolvimento — em número e velocidade — dos meios de transportes, etc. Já agora digamos que há também motivos menos justificáveis que têm influido na transformação da cidade, como — por exemplo — o empenho, um tanto pueril, de dotar a capital — sem motivo plausível — de aspectos que se podem etiquetar de figurino modernista, na suposição de que este estilo de construções, só por si, representaria espírito de actualidade — desprezando-se assim muita vez ideias porventura mais originais, e certamente mais interessantes aos olhos do viajante culto que, em geral, vê as coisas com mais objectividade.

Revela-se nisto, neste gosto irreflectido pelo que se faz lá fora, em qualquer parte, como que um traço provinciano que não é próprio de grande capital. Digo provinciano sem desdouro dos que vivem na província. Existe provincianismo em Lisboa, como se pode encontrar também requinte de civilização em qualquer terra da província. É questão de cultura e educação.

Ocorre-me um caso passado comigo há anos, que bastante me surpreendeu. Um amigo levou-me a visitar uma senhora titular que vivia modestamente numa quintarola do lado de lá do Tejo, e que se ocupava em dirigir a sua pequena lavoura. A dona da casa tinha tanto de modéstia como de distinção e, pela tarde fora no decorrer da conversa, com a maior naturalidade veio a propósito referir-se ao facto de na semana anterior ela haver almoçado em Bruxelas com... o rei da Bélgica. É escusado dizer que naquela modesta vivenda não se respirava provincianismo de espécie alguma.

Manifestação de provincianismo, das mais ingénuas e evidentes, é aquela ânsia que por vezes se dá nas mais pequenas terras de criarem qualquer via pública, ou trecho de rua que seja, ao qual se possa, sem grande escândalo, dar a designação de Avenida. Ou então o empenho de dotar os lugares públicos com nomes novos, sugestivos de modernidade, de progresso — conforme diriam —, eliminando para isso a velha toponímia tradicional. Belo exemplo da mentalidade contrária, mais esclarecida, tem-no dado a cidade de Évora, que não só mantém as inscrições tradicionais como soube também adoptar um tipo de letreiro característico, prático, e que não é cópia dos de qualquer outro sítio.

O provincianismo que ainda se encontra em Lisboa corresponde naturalmente a certa falta de espírito cultivado e ao pouco conhecimento que há do que se passa noutras capitais. Mas é admirável o que se tem conseguido melhorar neste sentido nos últimos anos, como, por exemplo, no corregimento da escala em que haviam sido traçadas algumas das vias públicas e no aspecto geral das construções novas. A escala acanhada tem sido uma das nossas pechas nos tempos modernos. A falta de escala generalizada e a ausência de tipos archi-

tectónicos bem definidos são sintoma de fraquezas de vária espécie que não vem para o caso deslindar agora.

A escala é de importância capital, e não admira que, querendo nós tratar de Architectura, esta particularidade nos ocorra logo de princípio. A sua existência é sintomática e fundamental.

Creio já ter dito uma vez que, sempre que atravesso a nossa fronteira, impressiona-me a escala bem vincada do país vizinho. Tudo ali parece maior, mais largo e avantajado, e corresponde a um sentimento peculiar de grandeza que caracteriza a Espanha e que a nós nos falta por completo. Somos propensos a confundir extensão ou tamanho com grandiosidade, dependendo esta — como se sabe — menos das dimensões do que da proporção.

Nas mais pequenas coisas se revela este nosso defeito. Já VV. Ex.^{as} devem ter reparado, por exemplo, que quase nunca, raramente, só por acaso se vê uma bandeira nacional arvorada que pelas suas dimensões dê a nota de solenidade que aquele símbolo devia conferir onde quer que se ache desfraldado. Nunca atinge o tamanho suficiente. A ninguém ocorre o aspecto estético visual da questão.

Quando, pelo encerramento do Ano Santo, o Legado do Papa desembarcou no Terreiro do Paço, haviam armado um pavilhão bastante sumário para os primeiros cumprimentos, e lá estavam dos dois lados uns magros pinheirinhos em que na ocasião própria içaram as pequeninas bandeiras dos dois Estados. Nada direi da dificuldade que houve naquela tarde ventosa em levar a cabo esta simples formalidade, para a qual foi necessária a intervenção de um bombeiro. Apenas notarei que me pareceria absolutamente inverosímil que em circunstâncias idênticas tal exibição se pudesse dar em qualquer dos oito ou dez países da Europa que melhor conhecemos.

Seja dito para honra da classe, que nenhum artista havia sido incumbido de organizar a encenação desta solenidade.

Escala bem definida dentro das características próprias da terra não é qualidade exclusiva da Espanha. Outros países a possuem também. A Holanda, a Flandres, países retalhados por canais, têm uma escala pequena, reduzida, mas não mesquinha nem tão-pouco isenta de requintes de proporção.

Num mesmo país, por vezes, há escalas diferentes, características de certas regiões. Na Itália, Roma tem uma escala que, como não podia deixar de ser, está sujeita à influência do contacto directo, constante com os monumentos da antiguidade romana. Tive ocasião de ver a maneira magnífica por que os architectos italianos, durante e apesar da última grande guerra, levantaram edifícios estupendos para fins comerciais, que ombreavam com os monumentos antigos da Cidade Eterna, sem perda do seu carácter de actualidade. Eram gran-

des edificações construídas completamente de um tijolo de tipo miúdo e de cor discretíssima, desataviados, como era de esperar, de qualquer material caro, e que representavam na sua robusta nudez uma virtude afim da velha magnanimidade romana, não da que se manifestava na pompa dos palácios luxuosos, mas antes na das obras utilitárias de que tantos exemplares ainda restam. — É evidente, estas obras inspiram-se, não na arqueologia erudita, no estilo da velha Roma com os seus mármore e mosaicos, mas nutrem-se da presença viva das ruínas, diante das quais não se pode transitar com indiferença.

E tão certo isto é que, já em Florença, as construções modernas, mesmo os grandes blocos de habitação, ostentam outro carácter, submetendo com virtuosismo a sua fisionomia à escala particular daquela cidade.

E isto leva-me a falar da lusa Florença, de Coimbra, que também esta cidade tem, ou antes — tinha a sua escala bem sensível; uma escala delicada, gentil, feminina, que fazia lembrar obras de ourivesaria e que dava à cidade universitária aspectos de jardim mimoso com seus pavilhões burilados a dominarem a lírica paisagem.

Isto de escala, não é coisa que se decreta; reconhece-se, aprecia-se, mas não pode ser imposta por regulamentos. Contudo, é esta mesma condição que se acha na base da harmonia architectónica; nasce espontâneamente da índole de um povo e cultiva-se por disciplina do sentimento. Tenho para mim que os países mediterrânicos são berço da simetria, qualidade difícil de definir e que melhor se traduz talvez por sentimento da justa medida. Têm-no inveterado os povos dos países banhados pelo Mediterrâneo, cada um com suas características, — os Italianos, plenos de virtuosidade no cultivo de todas as Artes; os Gregos, no encantamento da luz que os ilumina e que os concilia consigo próprios e com o Universo; os Franceses, na racionalização do seu equilíbrio natural; e ainda os Espanhóis, com a sua hereditária tendência para a largueza, a anchura em todas as obras que planeiam.

Será o caso de nós, neste extremo da Europa, nos ressentirmos do afastamento do Mediterrâneo e da subjugação que o Atlântico nos impõe, com o seu clima, as suas tradições, o seu apelo ao desterramento e a sua atracção para a aventura? Quero crer que assim seja. Há muitos aspectos na nossa capital que revelam essa ausência de balança, essa instabilidade, falta de equilíbrio ou simetria (que — repito — não quer dizer réplica inversa, mas antes sentido da justa medida). Assim somos levados a imaginar quando se nos deparam certos panoramas incompreensíveis da Lisboa de há 40 anos. Há neles um tal alheamento de cuidados formais, de convencionalismo decoroso, de dignidade profissional, que só nos parece estarem estes trechos da

cidade virados do avesso, tão dissemelhante é o seu aspecto daquilo que estamos habituados a ver nos outros países. Repare-se, por exemplo, na perspectiva do Bairro Camões apreciada da Avenida da Liberdade, a nossa mais luxuosa artéria. Que trapalhada de casario, sem ordem, sem qualquer graça de pitoresco, positivamente sem decoro e desprezativo e ignorante das mínimas exigências do sentimento estético visual! Por má sorte, quis a desgraça que estes barbáricos produtos urbanísticos se hajam fixado justamente em pontos eminentes da capital, estragando-nos a eventualidade de alguma vez os podermos valorizar. Houve o culto da rua, porém as vistas curtas nunca chegavam a alcançar o panorama de um bairro inteiro, ou de uma colina.

Mas, por felicidade, esta despreocupação nascida da falta de instinto pode-se corrigir, e é que se corrigiu mesmo até há cerca de setenta anos, sem milagre, apenas por influência da escola. Não me refiro à escola das primeiras letras, mas ao que se entende por escola nas actividades profissionais artísticas, com a instituição das corporações, o respeito das categorias, com sua mestrança, oficialato, aprendizagem, etc.

É justo abriremos um parêntese para mencionar um exemplo excepcional que existe em Lisboa e que não se repetiu. É o grupo de vivendas do Torel, construído no limiar da balbúrdia architectónica que deformou a cidade nos princípios do século corrente. Seja qual for o interesse que se queira ver nestas casas, que pertencem a uma época ultrapassada e liquidada, não deixam, na sua disposição em conjunto, de constituir sempre um bom exemplo da compreensão dos valores panorâmicos, além das outras qualidades urbanísticas que distinguem a sua implantação e o seu tratamento architectónico.

Este pequeno bairro tão civilizado foi inteiramente criado por Italianos e, como já dissemos, sem que o seu exemplo jamais frutificasse.

Resultante da falha apontada, quanto a urbanização na sua parte propriamente architectónica, somos forçados a reconhecer que a Lisboa moderna não soube prevalecer-se da sua topografia acidentada. Parece considerarem as célebres colinas como um grande aborrecimento para quem tem de planear qualquer coisa no acidentado terreno, e julgar-se-ia que preferem aplanar tudo bem primeiro para só depois então, cómodamente, distribuirem os arruamentos. Nem para jardins ou parques se tem sabido aproveitar o interesse dos acidentes topográficos.

O mal agrava-se por não nos querermos convencer de que Lisboa não é, está longe de ser uma cidade monumental, e por desprezarmos as qualidades picturais que até certo ponto poderiam ajudar a compensar aquela ingrata condição. Quando em muitas das grandes capi-

tais se nos defrontam constantemente edificios imponentes, ricos, monumentais, às dezenas e dezenas — tantos, que nunca chegamos a saber a que servem na sua maior parte —, cá por Lisboa apontam-se e contam-se pelos dedos as edificações que se impõem pelo seu porte architectónico e pela sua importância monumental.

Uma das maneiras mais imediatas e económicas de atenuar a modéstia da architectura citadina, é o uso do arvoredado, que é também um notável elemento dispensador de harmonia, tão apreciável e eficaz que é de espantar não ocorrer mais propositada e frequentemente. Não é a primeira vez que tenho ocasião de chamar as atenções para o efeito do arvoredado que se espalha por toda a cidade de Roma, muito contribuindo para o encanto da sua atmosfera e da sua paisagem. Em parques públicos, colinas suburbanas, praças e não poucas alamedas, predominam três essências que são regionais e estabelecem como que uma base harmónica sobre que assentam os elementos do canto architectónico urbano. Pinheiros mansos, ciprestes e uma espécie de azinheiros — constituem o acorde musical que entoa o inteiro panorama da cidade.

De tantas ocasiões que tenho tido de passar pela nossa Avenida do Aeroporto, aliás sempre no ritmo imposto pelos transportes mecânicos, ainda não consegui fixar muitas das variegadas e multifárias architecturas que por lá se encontram, porque de todas as vezes se me vão os olhos na beleza, na suave harmonia dos outeiros que por detrás e acima das construções nos atraem e prendem com a sedução das suas linhas harmoniosas e manchas calmantes de vegetação autóctona ou regional. — Como são belas estas colinas, com que subentendida harmonia se acumulam as copas das oliveiras e das figueiras no adorno dos cômodos arredondados, deixando os pequenos colos e desfiladeiros para abrigo de laranjais e outros pomares! Como aqueles oliveiros se harmonizam com as casas das velhas quintas, bem arraigadas no terreno e de tão discreta compostura!

Não compreendo que não exista ainda o Grupo dos Amigos dos Outeiros suburbanos de Lisboa. Mas tenho toda a esperança que depois do belo êxito do revestimento vegetal do Castelo de S. Jorge, a orientação que presidiu a todo aquele arranjo se estenda a outras colinas e encostas da cidade. Reconheço como bom augúrio o facto de haverem sido plantados um pinheiro manso e um sobreiro à frente do Palácio da Independência.

Também devo dizer que não nos sabemos prevalecer do uso das plantas trepadeiras que poderiam decorar de maneira tão económica e atraente os paredões, as banalidades e — atrevo-me a dizer — alguns dos nossos monumentos. Talvez se não tenha reparado bastante no que certos aspectos de cidades estrangeiras devem àquele género de plantas. Quero recordar um curioso exemplo: em Estocolmo, uma das

idades de mais civilizado aspecto de entre todas as nossas conhecidas, numa praça que poderá corresponder, pela situação e pelo trânsito, ao nosso Rossio, tive ocasião de ver uma construção bastante elevada, toda recoberta de verdura, de alto a baixo!

Há ainda uma determinação de carácter geral que influi bastante no aspecto architectónico da capital. Esta obrigação, que se repete em períodos regulamentares e por zonas, é a da chamada limpeza dos prédios. É verdade que ela deve ter nascido do propósito de dar trabalho aos empreiteiros e pessoal da construção civil, à custa dos proprietários. Mas esteticamente, esta regra tem também qualquer coisa de provinciano e talvez se justifique apenas nas construções que são tão miseráveis de espírito e tão pobres materialmente que, sem esse processo obrigatório de limpeza, se tornariam indecorosas. Mau sinal é quando as construções necessitam deste tratamento para não ficarem repugnantes à nossa vista. — Mas toda a cidade sujeitada assim a esta barreira periódica, fica um tanto amesquinhada na sua categoria architectónica, só me lembrando aquelas casas de solho tratado a coco e piassaba, que se chamam casas de esfregar. A nossa Lísbia é de certo modo também uma cidade com fachadas de esfregar, circunstância que não acrescenta muita nobreza aos seus títulos de interesse.

Não acabámos ainda de dizer que o elemento pitoresco é recomendável para compensar a falta de outros recursos mais opulentos ou dispendiosos de onde deriva a monumentalidade. É a esta luz que se deve também apreciar o colorido das casas. Se Lisboa fosse uma cidade monumental, este elemento da cor não teria naturalmente a importância que assim se lhe tem de reconhecer. A policromia usada nestes últimos anos no tratamento das frontarias pode conferir certa alacridade aos bairros da capital, mas não nos devemos esquecer de que é um meio barato, um estratagemma vulgar com o qual se obvia à desagradável impressão que, sem esse elemento da cor, a pobreza imaginativa de certas casas não deixaria de provocar. E, como sucede com outros acabamentos da actual construção, quando o processo empregado não seja da melhor qualidade, a sua deterioração — com desbotamentos e descascamentos — deprecia o panorama das vias públicos da maneira mais antipática. — Enfim, estes coloridos fáceis exigem as repinturas periódicas, que assim acabam por se justificar num círculo vicioso.

Tal-qual na pintura de Arte, em que o colorista não é o pintor que emprega muitas tintas, assim o interesse colorístico das cidades não se obtém pela aplicação de todas as tintas que se acham à venda na drogaria. Na maior parte das cidades dos países mediterrânicos, a cor característica de cada uma é dada pela aplicação assaz discreta de uma escolha de poucos tons, quase sempre terras naturais,

sem emprego de óleo. Onde se encontra maior variedade de cores é sempre com feição popular e em pequenas modestas povoações.

Estaria agora talvez chegada a altura de acrescentarmos qualquer coisa mais sobre o estilo, pròpriamente dito, das casas, apresentando uma espécie de programas que porventura fossem de recomendar para a architectura metropolitana. Mas, temos falado já tanto de construção, de materiais, cores e acabamentos, que só me parece ter estado a redigir um caderno de encargos, e VV. Ex.^{as} devem estar secados de tanto condicionamento... Se falássemos agora um pouco de coisas muito diferentes, para variar; se falássemos de música — por exemplo?

Tivesse eu de dirigir uma filamórnicã, antes de pensar nos programas, havia de me preocupar primeiro muito mais com a qualidade dos músicos que os teriam de executar; havia de querer conhecer a sua formação musical, saber se são dotados de ouvido apurado, se cultivam a boa música — e também o seu próprio espírito, se possuem óptimos instrumentos, deles conseguindo tirar uma sonoridade rica e nobre, etc. Só depois me importaria com os programas. Os melhores trechos, mal executados, deixam de ser o que o papel promete, o que o programa anuncia. Não há nada que se pareça menos com uma coisa bem executada, que a mesmíssima coisa mal interpretada.

Ora eu creio que toda a obra de Architectura só muito raramente será produto de um artista que a conceba inteiramente à sua vontade. Regra geral é que a obra architectónica corresponda à criação de um consórcio entre o Architecto e a entidade que promoveu ou que custeia o empreendimento; e há-de ser muito difícil, entre nós, obterem-se resultados coroados de êxito artístico que, postos em correnteza, constituam um daqueles sectores de urbanização a que, com propriedade, se possa chamar uma rua, avenida, praça ou bairro harmonioso. Quanto menos então, com o nosso conhecido feitio e a nossa desprezada deficiência cultural, poderíamos por sombras aspirar a uma harmonia generalizada em toda a urbe. — É certo que se têm atingido resultados muito satisfatórios em bairros construídos em circunstâncias especiais pelo sistema usado em Alvalade, mas lá onde impere o livre arbítrio, caímos na exhibição do que chamei as variegadas e multifárias architecturas, onde certamente alguma coisa há de aproveitável, mas em que se não podem descobrir sinais de uma harmonia de conjunto ou de uma conciliação com os elementos paisagísticos locais.

Todo o instrumento de que se pretenda tirar o melhor efeito possível, precisa da sua caixa de ressonância. Não basta imaginar-se um belo projecto. Quem o executa precisa de o saber interpretar; quem o aproveita há-de secundá-lo com a sua compreensão, o seu apreço e

até a sua colaboração nas partes acessórias ou complementares; e a obra assim acabada só vibrará plenamente na sua idealidade quando possa reflectir o espírito compreensivo de quem dela dia a dia se acerca.— E de aqui o difícil. O nosso mal é faltar em absoluto aquele mínimo de cultura artística sem o qual não pode existir a tal ressonância indispensável que uma obra de Arte em geral, e uma obra de Architectura em especial, exige para viver para além do papel sobre que é desenhada. E sou em dizer que esta congruência entre a criação do artista e a apreciação dos leigos é o segredo da prodigiosa perpetuidade de que gozam as melhores obras de Arte; para o explicarmos, seria preciso sondar o misterioso fundo étnico das afinidades.

Se ao menos se conseguisse certa discreção e calma nas construções que se alinham ao longo dos mais pretensiosos arruamentos, evitando ao transeunte a exibição de uma fantasia exacerbada que contende com o sistema nervoso de cada um! Dá-nos vontade de exigir delicadamente aos construtores de casas o que com diplomacia se observa no canto inferior dos cartões de convite dirigidos às pessoas da sociedade: *trajo de passeio...* por favor!

Em vez disto, da elegante sobriedade que se esperaria lá onde as obras architectónicas parece que deveriam assumir mais responsabilidade representativa; em lugar de um certo parentesco entre as construções que seria natural corresponderem um pouco ao estilo do nosso trajar masculino, o qual na cidade se não distingue por cores berrantes ou por feitios extravagantes, — em vez disso, algumas ruas há que nos sugerem positivamente um baile de máscaras, em que encontramos de tudo, desde a casa mais patrasana chamada «à antiga portuguesa» (cuja responsabilidade insistem em me querer assacar), até à vivenda da última hora construída em estilo «automotora».

De nada serve o admirável exemplo das construções citadinas de há pouco mais de cem anos, com a sua escala sempre acertada, a sua discreta compostura, a honestidade dos seus elementos architectónicos e dos seus processos construtivos, o seu ar seguro, civilizado, europeu. Nem sequer se pode invocar este exemplo, porque a superficialidade do nosso feitio e a pronta suficiência da nossa mentalidade, logo estabeleceriam a fatal confusão entre o que aqui se oferece como paradigma eficiente e uma suposta selecção de moldes para serem copiados, mais ou menos escrupulosamente.

Não está certo que se inculpe tanta vez, sempre tão levemente, a Câmara Municipal como tendo responsabilidade neste estado de coisas. Se a discussão encetada sobre «Architectura de Lisboa» não representa um simples devaneio ou passatempo, não se espere remediar as nossas fraquezas, as nossas deficiências nesse campo só com regu-

lamentos ou qualquer programação de boa vontade. O mal não pode ser tratado pela rama; há que descer ao fundo das suas origens e reconhecer que a Architectura — Arte social, colectiva, por excelência —, posto que influenciada pelas circunstâncias de ocasião, precisa de haurir as suas forças vitais dos fundos subconscientes da psicologia de um povo. É como a árvore que, embora sacudida pelas intempéries, não perde as suas características e vive enquanto enraizada no húmus em que se criou. E, como acima já o dissemos, a ressonância geral é indispensável, imprescindível para que exista uma architectura definida, forte em sua substância, representativa de alguma coisa mais do que de caprichos do gosto individual ou de correntes devaneadoras. O que é preciso primeiro é que surja essa *alguma coisa mais*, e para tanto é necessário que se proporcionem os elementos educativos que permitam uma formação mental completa, integral, dos indivíduos, com possibilidade de desenvolvimento de todas as suas faculdades sensitivas.

Evidentemente, esta missão não compete à Câmara Municipal.

NEM TANTO AO MAR NEM TANTO À TERRA

pelo Prof. ARMANDO DE LUCENA

DE quando em quando, como ventos periódicos que refrescam a terra, também as ideias, as sugestões, novos planos surgem no horizonte da estética e da urbanização da capital. Pode, talvez, o fenómeno explicar-se por duas e fortes razões: a responsabilidade crescente de uma cidade como esta — legítima representante da Nação — e o movimento natural, espontâneo da evolução de todas as coisas que existem. No respeitante à vida orgânica de Lisboa, ao ciclo construtivo das suas edificações, apenas, que me lembre, a obra pombalina faz excepção à regra; não foi a evolução da Natureza, nem os desígnios do tempo que determinaram a empresa reformadora da cidade; às trágicas circunstâncias do cataclismo de 55 se deve a transformação urbana da baixa, como é sabido. A pressa das providências a tomar e a falta de tempo para pôr na questão problemas de ordem estética não deram aso a Manuel da Maia, nem aos seus valiosos colaboradores a que juntassem às mínimas comodidades do momento a beleza e o estilo architectónico correspondentes à categoria duma capital como a nossa.

Os restantes movimentos architectónicos da cidade aparecem sem determinantes especiais. Assim aconteceu na efervescência urbanística de 1934 em que a Câmara Municipal, por intermédio do vereador senhor Pastor de Macedo, anunciou a abertura dum concurso de ideias para o plano geral de urbanização citadina; dois anos depois, veio a larga intervenção artística do distinto architecto Cristino da Silva — autor dum vastíssimo plano edificador das zonas a norte da Praça do Marquês de Pombal; mais tarde, o ciclo reformador iniciado pelo famoso discurso do engenheiro Duarte Pacheco, ao tempo Presidente do Município, que, em sessão camarária de Março de 1938 afirmava: «Vamos ver se a Câmara da minha presidência tem a coragem de

(1) Presidiu o Sr. Dr. Eduardo Augusto da Silva Neves, secretariado pelos Srs. Vereador Aníbal David e Dr. Braga Paixão.

prestar à cidade o pequeno serviço de orientar devidamente a construção civil em Lisboa».

À sua eficiente actuação nada é preciso acrescentar ao que todos já conhecem para se fazer justiça ao movimento renovador que tanto engrandeceu a capital.

Os tempos correm e, de novo, as ideias surgem como ventos de marcha diversa que se entrecocam e de cujo pleito se espera a desejada resolução dos problemas urbanísticos de Lisboa, quer eles pertençam à estética, mediante cânones artísticos a adoptar, ou ao foro administrativo que mais convenha seguir — duas fortes razões, muitas vezes contraditórias, mas que se torna indispensável harmonizar e defender. Para muitos, este último é o fundo essencial do urbanismo, como se pensava no tempo prodigioso de Napoleão III, em que Haussmann preconizava, como política da sua perfeitura, «que a architectura não era mais do que administração».

Essas ideias foram bastante combatidas pelos adversários do movimento, que viam, ou julgavam ver, afastados dessa orientação os mais legítimos direitos da arte. O clamor não era, todavia, inteiramente justo, porque a par da manifesta intenção utilitária das formas compactas que a architectura parisiense mostrava nesse altura, corria também um sopro de elegância e graça imposto aos olhos de toda a gente.

Entre nós — porque apenas de nós iremos tratar — o momento é crítico, dada esta acelerada evolução urbanística de Lisboa, cidade que uns desejam ver fiel às suas tradições architectónicas, e outros, em contrapartida, lhe desejam renovação radical para os seus imóveis, para a sua escala, para o critério dos seus respectivos agrupamentos, em suma.

Uma vez que uma cidade não possa, por via de regra, edificar-se com um plano total como o quadro ou a estátua são gizados pela inspiração do pintor ou do estatuário, ela terá, necessariamente de sofrer, no decurso do tempo, as imposições próprias do seu desenvolvimento, de novas necessidades humanas, doutos recursos da ciência e até dos modos diversos do viver.

A introdução, em grande escala, do ferro, no problema construtivo do século XIX, alterou não só a estrutura óssea dos edifícios como lhe transformou a fisionomia aparente das fachadas e dos perfis.

A densidade material e a redundância decorativa dos edifícios, quer religiosos, quer seculares do Renascimento, perdiam terreno e passavam a tornar-se atavios inúteis, dispensáveis ante a simplicidade e a lógica dos novos processos de edificar.

A vista do observador vulgar, afeita como andava às formas polpudas, solenes e graves, da Architectura dos séculos XVII e XVIII,

acolhia com reserva a surpresa da moderna maneira de construir; e não teria sido sem grande dificuldade que o novo panorama architectónico se familiarizou com a sensibilidade geral da época.

Todos conhecem, perfeitamente, as reacções produzidas no espirito medieval do último período, com o aparecimento da Architectura gótica, que tanto contrariava a sensibilidade do grande Rafael, acusando-o de bárbaro em certa comunicação, por ele dirigida ao papa Leão X. No entanto, todo o ciclo das catedrais góticas, não só as da Ilha-de-França como as edificadas fora dessa região, poderiam considerar-se a nona maravilha do Mundo.

A ascendência do Destino é implacável para todas as coisas. E por muito que ela contrarie o nosso fundo sentimental, só temos que resignarmo-nos e seguir a natural evolução das ideias. O próprio influxo do Renascimento, pretendendo voltar atrás e beber inspiração no magnífico caudal da arte antiga, em breve se achou a vogar noutras correntes.

A grandeza artística de Roma e o requinte cultural de Florença adormeceram num sono de glória distante que teve domínio muito menor do que à primeira vista parece. Os génios desse período histórico eram fortes demais para se submeterem a pensamentos e a cânones extintos; e posto que a nova arte procurasse no antigo as formas e o exemplo decorativo, os artistas do tempo, quer eles fossem Bramante, Rafael ou Miguel-Ângelo, desviaram-se desassombadamente e seguiram novos caminhos a que os sete séculos de cristianismo deram feição diferente e decidida.

Ainda há pouco, num comentário, a propósito, feito por Aquilino Ribeiro, num diário da manhã, dizia: «É doutrina assente que não faz sentido pensar na ressurreição dos estilos mortos. Todos eles comportam (acrescentava o mesmo escritor) a existência de factores que passaram de vez à História».

O que lá vai, lá vai.

Em capítulo de Architectura — como de resto, nas outras manifestações artísticas — a transformação é inevitável. A própria Natureza, nos seus mínimos e mais recônditos movimentos, obedece às mesmas leis.

Depois da colaboração do ferro, há pouco referida, o maior acontecimento nas raias da Architectura, foi o cimento armado que uma invenção casual de José Monier tanto veio enriquecer a arte de construir. Isto, como é do conhecimento de todos, nos finais do século passado. Enquanto a casa Ways, de Berlim, aproveitava as ideias de Monier, a América servia-se do processo para associar o novo material ao ferro — combinação donde parte a nova técnica architectónica — meio ciência, meio arte.

Não vem para o caso o campo meramente científico da questão, uma vez que os pontos de vista destes comentários se encontram no lado artístico dos problemas agora em foco.

A combinação orgânica destes novos elementos, por um lado, a fadiga dos moldes antigos e obsoletos, por outro, permitiram certa reacção contra o academismo e, conseqüentemente, favorável às novas tendências que originaram a Architectura moderna.

Foi um sinal dos tempos.

A vida tornou-se mais célere; a velocidade sobrepôs-se à lentidão e aos vagares habituais, desta maneira se criou o espírito da sobriedade que, pelo exagero, em pouco tempo, se fez secura e, possivelmente, rigidez nas linhas, nos planos, nos perfis dos imóveis. Pela seqüência lógica das circunstâncias, estas correntes, em breve, nos conduziram ao «uniformismo», que tirou a cada latitude, a cada lugar, a sua feição rática — herança de um passado discutível, mas sobre vários aspectos, talvez digna de conservar-se.

Certas características foram, é certo, um privilégio de cada ponto da Terra, e dessa virtude natural se tirou grande partido, principalmente no que respeita ao foro turístico, quando não tenha sido já pelo culto da tradição — o que é respeitável, e de atender.

Transposto este pensamento para a causa do urbanismo lisboeta, na hora actual, colocamo-nos neste dilema: ou darmos ao plano architectónico na capital o sentimento tradicionalista da nossa História, ou guiarmos a sua futura edificação pelas normas da moderna estética.

O tradicionalismo exagerado tem o risco de repetir os velhos temas; poderia ser a própria estagnação da vida. Ninguém, certamente, pensaria, hoje, erguer um monumento com a envergadura e a profusão desconcertante de lavores, por exemplo, das catedrais góticas de Reims, de Chartres ou de Milão.

Primeiro, porque não há, actualmente, tempo para realizar obra de tão requintada minúcia, de tão vasto empreendimento decorativo que imaginários pacientes e meticulosos lavrantes passavam, anos sobre anos, curvados sobre um bloco de pedra, cortando, limando, brunindo um simples silhar, que tanto podia ser a base dum colunelo como a imagem bíblica dum Apóstolo ou dum Profeta.

Nas mãos do canteiro ou do estatuário medieval, a ferramenta deixa de ser picão ou cinzel para se converter num estilete de toreuta exímio; segundo, porque não temos vagar que nos permita ver, na passagem vertiginosa diante dos monumentos, todas essas preciosidades que recamam superfícies vastíssimas e são, quase sempre, legendas complexas do foro bíblico impossíveis de apreender e apreciar com o cuidado, a atenção e a demora que exigem.

Em compensação, deixarmos perder totalmente esse fio espiritual que nos prende ao passado e nos conquistou um grande lugar na História, seria desmentirmos o carácter da nossa existência e não aproveitarmos o que de então, nos resta para afirmarmos uma personalidade de que devemos sentir orgulho.

Por sua vez, a actualização das ideias e dos processos criados pelo estádio presente da civilização, não pode ser posta de parte. As necessidades actuais são diferentes como diversos os meios de lhes acudir; o caso estará, talvez, na maneira de resolver os problemas, tarefa confiada aos entendidos no assunto, para a qual os architectos são as primeiras autoridades a serem ouvidas.

Imposições, ou simples tentativas de sugestão por parte de quem encomenda as obras, são sempre — assim o pensamos — os responsáveis de tudo o que os nossos olhos justamente condenam.

Num dos polos da questão acha-se, além do tradicionalismo referido, a superabundância ornamental, uma sobrecarga de pormenores gratos à sensibilidade antiga, posto que inúteis à função do imóvel. A evolução estética, neste ponto da Architectura, segue um caminho inteiramente oposto e inverso da trajectória realizada pela evolução da Architectura clássica. Enquanto esta caminhava da simplicidade para a complicação — como se observa no desenvolvimento cronológico das Ordens gregas onde muito notável é a distância entre a singeleza dos capitéis dóricos do Pártenon ou do templo de Pesto e a exuberância decorativa dos capitéis coríntios do Epidauro; a Architectura moderna, pelo contrário, marcha de complicação para a sobriedade. É, pois, nesta corrente de ideias que encontramos o movimento architectónico actual, e nele podemos surpreender as razões que o determinam.

Postas assim as coisas, reflitamos um pouco sobre qual será o melhor partido na debatida questão da Architectura de Lisboa. Há quem se queixe da opulência desmedida que certos blocos nos oferecem na chamada Lisboa moderna, alegando o baixo nível de vida verificado em parte da população.

Há quem veja nesse caminho o melhor meio de ocuparmos, neste particular, a posição própria duma capital, acabando-se com o regime de casebres, ainda há pouco apontado por um jornal diário desta cidade. Visto por este lado, o problema quase somente aos estetas pode interessar, e só eles, por assim dizer, nisto, têm a palavra. A dignidade duma capital como Lisboa, com as responsabilidades inerentes à sua categoria e a posição que hoje ocupa no concerto europeu, exigem compostura, elegância e beleza; mas não é só isso que a sua alta categoria impõe aos olhos de quem a visita, como a si própria; precisa de compreender e acompanhar o movimento da civilização actual. Se Lisboa — embora sumptuosa em suas edificações isoladas ou de conjunto — ainda

hoje se iluminasse a petróleo ou mesmo a gás, fraca conta daria do seu progresso. Há que acompanhar em tudo, no que as suas parceiras de fora adoptam e seguem no momento.

E, por isso, a vaga de modernismo actualmente em marcha sobre a nossa formosa capital, não só é compreensível como aceitável. Há um perigo, de que é necessário defendermo-nos e com ele estão ou devem estar de sobreaviso todos os comandos da estética: é a possível perda do carácter nacional.

Como todas as palavras, mais ou menos, têm o seu equivalente entre os vários idiomas, assim todas as correntes artísticas, quaisquer que sejam as suas origens, também podem encontrar, no ambiente por onde passam, uma forma de expressão timbrada pela índole do meio. Nas seis ou sete escolas da Architectura românica, impulsionadas pelo mesmo espírito religioso e técnico, existem diferenças apenas estruturais — consequências do lugar que, sem desmentirem a essência comum que as anima, não deixaram de ser românicas pelo sentir e pela forma. As cúpulas sobre pendentes construídas nas igrejas do Perigord, dão a esses templos medievais o direito de se irmanarem no mesmo estilo das edificações borgonhesas que usaram abóbadas de berço quebrado. O tipo é o mesmo; a linguagem é que difere consoante a região e o tempo.

Portanto, a cidade nada vem a perder na sua compostura architectónica, enquadrando-se no espírito da época, mas sem nunca esquecer o grau de latitude que ocupa, as determinantes do clima, as necessidades dos seus habitantes, nem os próprios materiais de que dispõe. Nos países nórdicos, como a Suécia e a Noruega, onde a imensidade das florestas formaram um estilo particular nas edificações pelo domínio da madeira, pouca influência devem ter certas correntes artísticas da Architectura baseadas no emprego da pedra ou do betão. O sentimento da simplicidade, em toda a extensão dessa doutrina, pode, ali, ter sido não só compreendido como adoptado; mas, como é de ver, filtrado pelas condições específicas do meio. À enorme diferença geológica entre a Caldeia e a Assíria se devem as formas distintas da Architectura dos dois países, aliás vizinhos e de étnica semelhante. Num, abundava a pedra, consideráveis jazigos de diorite de que foram trabalhadas várias colunas de Khorsabad; noutro, era a argila espalhada desde o golfo pérsico até à nasença dos dois rios sagrados; desse brando material saíram as notáveis abóbadas — origem e sugestão científica de todas as cúpulas posteriormente elevadas pela Architectura de todos os tempos.

E a civilização era sensivelmente a mesma. Torna-se, pois, absolutamente, necessário manter o «acordo harmonioso e completo entre o lugar, a matéria e o homem, na formação das cidades, como outrora,

na obra sublime de Atenas se fez entre os obreiros de Fídias e os mármores do Pentélico» e de Paros.

O que nos cumpre não é copiar, mas sim, traduzir para o nosso meio só aquilo que tiver justa ou aproximada equivalência.

Estão em moda as janelas mais largas do que altas, o que se me afigura contrário à latitude da nossa posição, nos 38 graus e pico do hemisfério norte. Como, fàcilmente, se comprehende, a obliquidade do Sol (mesmo a máxima) é pouco favorável ao melhor aproveitamento da luz e do calor que dele irradiam. Quanto mais altos forem esses vãos, maior será o rendimento.

Os edifícios das mais baixas latitudes não carecem, como é óbvio, daquelas proporções esguias, cabendo-lhes melhor e mais logicamente o partido em que a largura domine a outra dimensão.

Às vezes, observa-se o meio termo, e cai-se na forma quadrada, o que, em estética, é bastante pobre de significado. Contudo, a moderna Architectura usa e abusa dessas proporções.

Muita gente, ao apreciar os conjuntos architectónicos dum grande aglomerado, considera-os geralmente, apenas, sob o ponto de vista exterior, isto é: o facial. Quando essa mesma gente se encontra no sector dos urbanistas — mas dos urbanistas apenas estetas — poderá ter bastante razão, porque olha a cidade através da esmeralda do artista apenas disposto a encará-la como se for, simplesmente, uma obra de arte, pela harmonia dos volumes, pelo recorte das cêrcias, pelo jogo do claro-escuro, pela luz, pela sombra, pelas perspectivas dos alinhamentos, em suma.

Mas a Architectura não é só isso: os efeitos de superfície são, necessariamente, reflexos mais ou menos puros e fiéis da estrutura interna. Estão eles para o edificio como a fisionomia humana para os estados da alma.

Num, como noutro caso, tantas e tantas vezes eles iludem, contudo.



Em toda esta celeuma levantada à volta dos problemas do urbanismo alfacinha, um, particularmente, parece menos apaixonado da opinião pública: a planta da cidade. Muito se fala na altura dos prédios, no estilo das fachadas, nos perfis dos agrupamentos, na cor das frontarias, no número de andares, etc., etc.; mas só raramente no plano fundamental da urbe, na orientação das ruas, na direcção do seu desenvolvimento é costume falar-se. E, apesar disso, esse é o ponto fundamental desta questão.

Sendo, como é, Lisboa uma cidade ribeirinha, e que dessa feliz cir-

cunståncia devia tirar o máximo de rendimento, estendendo-se ela ao longo do rio, em frente desse milagre da Natureza que é o estuário do Tejo, foge dele, pelo contrário, para conquistar em profundidade o que poderia e deveria conseguir  beira da água, mais a mais, com a extrema vantagem de olhar o Sul donde lhe chega a luz e o calor na mais útil e bela combinação com que a Natureza enriquece a vida.

Mas  inegável que a rede dos novos arruamentos traçados ou já construídos em toda a zona norte da cidade revela a larga visão da Câmara na maneira judiciosa e elegante como distribuiu o sistema arterial da Lisboa moderna.

Se não fora, por vezes, a falta de cunho local que inferioriza certos conjuntos edificados, a tarefa seria perfeita. Há grandeza, rasgo de perspectivas, escala própria duma capital — inegáveis virtudes estticas do urbanista, num ou noutro ponto, talvez, enfraquecidas pelo partido adoptado em certas fachadas como as da Avenida João XXI, pobres de superfície e, a meu ver, infelizes quanto aos efeitos do claro-escuro produzidos pelo exagerado recolhimento das longas fachadas, quase ocultas e absorvidas pela sombra dos terraços.

Em contrapartida, a traça dos arruamentos é bem estudada. As artérias daquela zona ramificam-se com certa regularidade, mas sem a monotonia premente da quadrícula geométrica — actualmente tão adoptada nas cidades norte-americanas.

Não diremos: sistema moderno, se nos lembrarmos de que o plano primitivo das cidades das Glias apoiava-se, exactamente, na rede quadriculada, sobre que cidades antigas como Roma e Astia tiveram os primeiros arruamentos. As irregularidades orográficas do solo, o capricho da Natureza e outros factores do meio são mais tarde impõem ou aconselham aos edificadores das cidades o rumo ocasional que aquelas circunstâncias indicavam.

Por outro lado, o estado social da Idade Média, prevendo os perigos constantes do ataque e calculando os meios mais apropriados  sua defesa, estreitou as ruas, encurvou-as de maneira mais útil  estratégia, ficando esses burgos sombrios do passado com expressão de tal modo particular e característica que, são por isso, quase poderíamos reconstituir o drama agitado dos seus remotos habitantes.

Esses tempos, porém, vo longe, e os urbanistas actuais têm carta branca para gizarem os seus planos com plena liberdade, atendendo aos problemas do trânsito, às razões do clima, é direção dos ventos e  exposição da luz. Se as condições do solo indicarem qualquer rumo adverso ao sentimento da Esttica ou  comodidade da gente, l está o arquitecto, de colaboração com o engenheiro, para vencerem aqueles embaraços, quer removendo terras, quer estabelecendo viadutos, contanto que o traçado não sofra em qualquer dos seus aspectos: o da utilidade ou o da beleza.



Um dos pontos nevrálgicos mais melindrosos na modernização da cidade reside nas pretendidas modificações da baixa pombalina que o desenvolvimento comercial da cidade, por vezes, reclama. De um lado estão os puristas, fiéis à tradição e entrincheirados na História, que pensam que nem ao de leve se lhe deve tocar, não vá perder-se uma página tão viva da arte de setecentos — padrão de harmonia, de escala e de elegância ainda hoje actuais, como eles dizem. O Terreiro do Paço seria assim intangível na sua nobre fisionomia, no cálculo das proporções, na sobriedade impecável das linhas e dos volumes. O Rossio — sequência lógica da mesma traça — já traiu o gosto primitivo (ao que parece) condescendendo com o novo rumo da vida.

O Comércio começou, a medo, por sugerir as suas necessidades crescentes, e acabou por impor alterações, algumas quase radicais.

O precedente está aberto, agora é tarde para mudar o rumo ao destino.

De outra banda da questão — os desempoeirados, os que deitam para trás os assomos do nosso sentimentalismo peninsular e se lançam na corrente das ideias práticas —, partem do princípio de que o passado, com os seus encantamentos e as suas imagens históricas, deve reservar-se para a meditação dos poetas e ficar no clima dos sonhadores, embora igualmente julguem — e bem, segundo me parece — que a Baixa, por maior que seja o aformoseamento dos bairros excêntricos, mais amplas as suas artérias, mais imponentes e majestosos os seus edifícios, continuará a ser o centro vivo e palpitante da cidade, por várias razões, e particularmente pela circunstância universalmente conhecida, e cem vezes provada, de que as populações convergem sempre ao lugar para onde as águas correm.

É o caso do Rossio e suas imediações. É o caso da Puerta del Sol, na capital do país vizinho, para não irmos mais longe buscar outros exemplos deste fenómeno. Nem a altivez castiça da Gran Via — a dois passos dali —, nem a sumptuosidade esmagadora da Arquitectura erguida desde o Prado à Castelhana têm poder bastante para desviar daquela praça irregular, e de área menos de metade do nosso Rossio, a população madrilena que por ali passa todos os dias como que a assinar o ponto da sua infalível presença.

Conserve-se, de facto, a integridade architectónica do Terreiro do Paço — conforme à maioria das opiniões — pois, na realidade, assim se prestará o culto devido às tradições artísticas de setecentos, sem que com isso prejuízo de maior advenha para as necessidades práticas da ocasião.

Quase toda a vida activa da Nação, poderia dizer-se, é desenvol-

vida na Baixa, com a Finança e o Comércio à cabeça do movimento. Esta circunstância poderá justificar, num ou noutro ponto, certa obliteração de formas com o sacrifício da pureza do estilo em proveito da comodidade geral e até da actualização do gosto, em particular. O segredo reside em encontrar a medida dessas transformações; e para tanto, aí estão os nossos architectos especializados, com a sua arte, o seu engenho e bom-senso, para deliberarem — o que certamente farão pelo melhor.

Toda a obra pombalina é uma peça cheia de unidade; destruí-la, em absoluto, seria doloroso; conservá-la rigorosamente intacta poderia converter-se num anacronismo tão contrário às leis da evolução como aos próprios interesses materiais da cidade.

Por isso, direi: nem tanto ao mar, nem tanto à terra... O mesmo poderá, talvez, aplicar-se às formas da Architectura moderna — que se acha na ordem-do-dia de todas as capitais civilizadas.

Efectivamente, o panorama da Architectura moderna — a americana, por exemplo, impôs-se ao consenso geral. O esmagamento das suas massas, o arrojo dos seus voos, a firmeza decisiva das linhas, tiveram artes de galgar as fronteiras, capazes de destruir a secular poesia das tradições latinas neste ponto. Os tempos são, agora, outros. Rematada loucura seria a obra dum Justiniano que no momento actual tentasse edificar outra «Santa Sofia». Tudo, hoje, se faz à pressa. Foi, em parte, por esta pressão do momento que na América do Norte se formaram novos cânones da Architectura, para o que serviram de pretexto as grandes calamidades de S. Francisco, e os incêndios de Chicago em 1871 e o de Boston do ano seguinte, tal como para a Lisboa de 1755 o cismo grande fora também o principal reformador urbanista.

Naquelas cidades norte-americanas a transformação foi completa, radical e imprevista. As primitivas edificações monótonas de tijolo ou de madeira reduzidas a cinza pelo fogo criaram um sistema novo no movimento architectónico dos Estados Unidos. O exemplo e a resolução dos problemas ali postos pelo engenho de Burnham despertaram em Nova York o almejado pensamento da sua grandeza entre as maiores metrópoles do Mundo. Mas a ilha do Manhatam compreendia uma superfície reduzida; daí a necessidade de realizar em altura o que faltava em patamar.

Possivelmente, seria essa uma das razões fundamentais da singeleza das fachadas, da sóbria compostura dos edifícios e, porventura, da exagerada nudez das grandes frontarias da sua Architectura.

A frieza do racionalismo e o sentido utilitário revelado pelas edificações modernas não deixaram de provocar sérias reacções, e muitos architectos lhes opõem já, com desassombro, os velhos e tradicionais

direitos do lirismo peninsular, preconizando o regresso à linha curva e ao ornamento.

No entanto, dentro da escala compatível com o nosso tempo, bem entendido.



Já me referi às principais determinantes da sobriedade arquitectónica da Lisboa moderna, à rigidez aparente dos panoramas resultantes, ao laconismo, por vezes, exagerado dos seus alçados, hirtos, mudos, num país de sonhadores que se deixa embalar, todos os dias, pela eterna poesia da Natureza.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra...

O ornamento, por muito reduzido que seja, é, com efeito, uma necessidade nata do Homem. Se bem observarmos, os apóstolos do modernismo, os grandes defensores da estética simplista, aqueles a quem repugna a intromissão de um elemento decorativo, com efeito, desnecessário à função estrutural dum edifício; se bem repararmos — repito, esses impulsionadores acérrimos e certamente convictos, não se privam do menor atavio imposto pelas últimas leis da moda universal. Não dispensam o corte do melhor alfaiate, o impecável nó da gravata onde não deixam de espetar uma safira branca, ou o gomo pálido duma pérola. Os dedos cobrem-se de anéis. A calça de fantasia, das recepções e doutras cerimónias, não abdica do vinco esmerado a ferro, todas as vezes que têm de as vestir; etc.

E tudo isto é decoração, absolutamente dispensável ao curso prático da vida.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra, volto a dizer.

Tudo cabe, ou pode caber, nesta bendita e formosa «cidade à beira-mar plantada»; menos aquelas monstruosidades que os gaioleiros de há algumas dezenas de anos semearam nesta paciente e maravilhosa Lisboa. Felizmente, a reacção não tardou a fazer-se sentir, condenando, como era mister, e substituindo como se impunha.

Em semanas (em dias, quase podia dizer-se), se erguia do solo uma casa abjecta, vacilante e tímida, desengonçada e traiçoeira, à espera da boa-fé dos primeiros locatários. Alastraram, como sabemos, essas gaiolas pela cidade fora, sucedendo-se os inevitáveis desmoronamentos e derrocadas, até que um dia a sentença lhes foi fatal. Alguns desses edifícios caíram por si, vencidos pelo erro da sua própria orgânica; outros foram abatidos como feras perigosas ou árvores gigantes no seio da floresta.

Certa manhã, num dos bairros da cidade, para os lados de Campo

de Ourique, assisti a um desses espectáculos que jamais poderei esquecer: A Inspeção camarária havia, em processo sumário, condenado certo aleijão architectónico e prevenido a vizinhança para, em determinada hora, abandonar a residência.

Em volta do monstro fez-se, então, um vazio circular, que a polícia mantinha a custo, porque a curiosidade pública era, aliás justificada.

Cautelosamente, num momento dado, a brigada de bombeiros para aquele serviço destacada, escalou os andaimes com visível perigo, tratando de laçar a empena, como se fora a um poldro em plena lezíria. Vigorosos cabos de ferro prenderam-se, depois, ao travejamento daquele corpo descarnado e ameaçador. A ansiedade crescia, cá em baixo, no povo espectador, enquanto nele, a respiração quase parara na perspectiva do momento fatal.

Os denodados bombeiros, abandonando, então, a *presa*, com grande e premeditada cautela, vieram postar-se no extremo dos cabos. A voz do comando soou, enfim, ao mesmo tempo que um silêncio esmagador se espalhou em toda a volta.

Ao primeiro arranco, a vítima esquelética e alta de três ou quatro andares oscilou num sentido, depois, noutro, debatendo-se com as leis do equilíbrio, até que por fim, aquele mísero castelo de cartas, num fragor surdo, impossível de explicar, estremeceu, cambaleou e, em menos de três ou quatro segundos, tudo aquilo desabou entre nuvens de poeira que só muito devagar puderam extinguir-se.

A sentença fora dura, mas justa e proveitosa.



Resumindo: minhas senhoras e meus senhores, o desenvolvimento architectónico da capital, quaisquer que sejam as correntes de opinião interessadas no cometimento, nunca deixará de seguir as implacáveis leis da vida e do tempo; o que hoje nos parece audaz e alheio ao sentir e à compreensão das gentes, será amanhã condenado por impróprio ou obsoleto. Um pouquinho de transigência de parte a parte permitirá, com certeza, achar a fórmula adequada à época.

E Lisboa continuará sendo uma cidade bela e esplendorosa entre todas as suas irmãs do Mundo.

A FATALIDADE DO TEMPO!

por MATOS SEQUEIRA

A Fatalidade do Tempo... Nunca os homens deixaram de subordinar-se aos seus ditames. Acelerado cada vez mais o ritmo da vida, todos nos agitamos num permanente conflito connosco mesmo, para fugirmos às resistências da natureza humana e acharmos uma solução de estabilidade.

Na hora que passa tudo se torna cada vez mais inconsistente e precário. As próprias ideias atropelam-se e destroem-se antes de chegar uma de cada vez ao nosso espírito. Os movimentos que nos accionam estão em constante desacordo. O que pertence à obra original conserva furiosamente o ritmo da criação; o que é da obra humana modifica-se a cada momento, acelera-se, evoluciona. E a mesma vida vive-se mais depressa. Pedem-se-nos mais energias e actividades, mas como não é possível ainda a conquista no campo da natureza criadora, temos que defrontar paradoxos tremendos. A velocidade da deslocação é uma dessas conquistas, e vai à frente de todas elas. Vamos almoçar a Madrid, em menos de duas horas de viagem, mas o almoço demora pelo menos metade desse tempo, e a digestão dura as três horas do estílo. Ainda vem longe a era em que nos alimentemos engolindo um comprimido e as digestões sejam fulminantes. Isso talvez só se dê quando os homens se fabricarem em série, como as máquinas de costura. Numa fábrica americana, em New Bedford, está escrita, ao alto da porta da entrada dos operários, esta legenda ousada: «O impossível é apenas o que demora mais».

Tendo a Vida de se sacrificar ao Tempo, há que sofrer-lhe todas as exigências e de procurar em nós acuidades novas de inteligência e de sentido prático, ideias novas, processos novos, materiais novos. Como a velocidade faz perder a noção de tudo quanto é estável e duradouro, há que fabricar mais depressa e mais barato. Os *ersatz* sucedem-se e atropelam-se, e, para só falar na construção, a pedra substitui-se pelo

(1) Presidiu o Sr. Prof. Dr. Augusto Pires Celestino da Costa, secretariado pelos Srs. Vereador Aníbal David e Prof. Armando de Lucena.

cimento e pelo beton, a alvenaria pelo estafe, o contraplacado pelo tijolo dos tabiques, a betonilha pela madeira, tal como o cabedal e o tecido se substituem pelo plástico. O *slogan* de momento é — *rápido e depressa*. Ninguém pensa em construir para deixar; constrói-se para usar enquanto se vive. Deixar é uma ideia velha que faliu. Os pais pobres já nem sequer podem deixar aos filhos as ruas livres para passear. Agora já nem esse legado se pode fazer. A rua já não pertence aos homens, pertence às rodas, e os pobres não podem deixar automóveis.

Deste Presente que um dia há-de ser Passado, pouco ou nada ficará. Para a gente de agora o Futuro pertence aos que vierem. Por fatalidade nossa o tempo é de ensaios, de tentativas, de experiências. E assim como o colódio e a celulose destronaram a baba preciosa dos bichos de seda, os materiais novos de construção destronaram a pedra, em prejuízo fatal da Posteridade. E ninguém tornará mais a encontrar a mortalha sumptuosa de um rei (como a de D. Dinis) enterrado há mais de quinhentos anos, nem a pasmar diante da pedraria do mosteiro de Alcobaça, construído há perto de oito séculos. As sedas de agora duram uma estação; o cimento não se sabe ainda quanto durará.

Perante esta Fatalidade, parece-nos que não há solução a procurar, nem regra a estabelecer nos domínios da arquitectura que está mudando a fisionomia de Lisboa. As revistas estrangeiras, muito manuseadas, fazem a propaganda dos novos cânons e dos mais recentes ensaísmos; a falta de cultura é manifesta (sobram os exemplos mais pitorescos) e o Ensino hesita em orientações. Corbusier, interpretado sem cultura, acaba por ser perturbador, e os projectos acusam melhor caprichos pessoais e extremismos exagerados do que planos e ideias novas, e de que a ansiosa busca de um estilo próprio integrado no tradicionalismo português. Só os grandes artistas são capazes de criar um estilo, e o trabalho feito «à lá *manière de*» está condenado a diluir-se no «*mare magnum*» das banalidades.

Lisboa, como todos os grandes centros, tem sido vítima dos ensaios: existe uma maior permeabilidade ao Cosmopolitismo. A tradição, quando a há, está em constante risco de perder-se, mesmo quando seja derivada de um estilo que se tivesse criado, fortificado e propagado.

E a arquitectura portuguesa não existe porque não há propriamente um estilo nacional. Custa dizer, mas é verdade. O «Manuelino» não é um estilo construtivo; é uma arte simplesmente decorativa. Adapta-se a todas as concepções arquitecturais, e inundou o gótico como o Renascimento com o seu delírio ornamental. Para haver um estilo de construção é essencial que ele envolva uma ideia de realização construtiva. O «Manuelino» não se define na traça de uma planta

baixa, nem de uma cobertura; limitou-se a decorar vãos de acesso e de iluminação, a rendilhar-se em guarnições de arcarias e nos elementos de suporte de abóbadas. Foi apenas um gosto ornamental que o quinhentismo português criou sobre elementos da época, enriquecendo-o com uma imaginação prodigiosa. Apesar disso, é ele a única feição verdadeiramente nacional.

Antes do quinhentismo a nossa construção civil (não há que tratar das edificações religiosas), mal se diferenciava da do vizinho reino. Os nossos solares beirões não mostram diferenças sensíveis dos de Castela e Aragão; os do Minho confundem-se com os da Galiza; os do Sul parecem-se com os da Andaluzia. A ideia e os gostos de edificar transpunham facilmente a linha raiana. Pelo seiscentismo fora este reflexo mantêm-se, uma ou outra vez influenciado pelos italianismos da Renascença. Foi preciso que viesse o século XVIII para que se impusesse um estilo de construir, um estilo de emergência, dirigido e orientado. Pela primeira vez houve um plano, uma regra, uma ideia nítida de urbanização. As Vilas Novas dos séculos XV e XVI tinham sido erguidas com certa intervenção oficial, debaixo do ponto de vista económico e contributivo (como a de Santa Catarina, a do Olival, a de Andrade, e outras), e alguns movimentos expansivos da urbe tinham sido oficialmente regulados, mas a construção ficara sempre livre de regras e os arruamentos talhavam-se no aproveitamento dos caminhos naturais, e condicionados ao relevo do solo. À orografia pertencia o plano do bairro; aos mestres de pedraria os projectos das habitações.

O terremoto de 1755 foi o grande agente do primeiro plano urbanizador de Lisboa. Não vem a pêlo profundar o assunto neste ensejo. Basta que se diga que foi Manuel da Maia, o grande engenheiro-arquitecto, o seu autor. Quem ler as suas três *Dissertações* sobre a reconstrução de Lisboa pasma da obra realizada e do talento do seu ideador. Manuel da Maia, aproveitando a lição de Juvara, dada na reconstrução de Turim, e os ensinamentos da grande obra de rejuvenescimento que se fizera em Londres, gizou esse plano, que é uma maravilha de inteligência e de previsão. E fez mais: aproveitando o *echiquier* de Juvara, o jogo monumental das arcarias da Praça de S. Carlos em Turim e do *Covent Garden* de Londres (tão parecido com o nosso Terreiro do Paço), não se limitou a aproveitá-los: aportuguesou-os, adicionando aos elementos construtivos, assim importados do estrangeiro, elementos nacionais, como os das gradarias das sacadas, as linhas achinesadas dos telhados, em curvas graciosas, os remates das trapeiras que nacionalizaram a criação do architecto Mansard, e tantos mais pormenores decorativos. E os nossos bons materiais não foram dispensados: pedra, alvenaria, a telha, o azulejo. Esta adaptação de obra estranha foi empresa de mérito transcendente. Manuel da Maia, se não criou um estilo, feito de raiz, criou um sistema urbani-

zador cheio de lógica construtiva, e rico de minúcias de bom sabor português.

Alguns têm atacado o «Pombalino» pela sua frieza, pelo seu rigor exagerado, pelo seu geometrismo, pela sua inexpressão pitoresca. E tem sido acusado de pobreza. Esquecem-se de que o Tesouro secou a meio da obra. Sempre que lhe foi permitido enriquecer-se, o «Pombalino» soube impressionar os olhos. Olhem o Arco do Bandeira, olhem a fachada do Arsenal, reparem nos hemiciclos da Rua do Século. Mar-del, Eugénio dos Santos, e os seus ajudantes souberam continuá-lo, e executá-lo.

Acabada a obra de reconstrução da capital e os efeitos dos decretos pombalinos, continuou em Lisboa a evidenciar-se, como fora sempre, a dificuldade insuperável de legislar sobre a urbanização. O dirigismo acabara com Pombal.

Aí nasceu a noção da igualdade e da uniformidade construtivas, e com ele os engenheiros-arquitectos acabaram. O século XVIII foi a centúria dos Mestres de Obras. Os bairros da Estefânia, Campo de Ourique, Camões, Calvário, Campolide, aí estão a testemunhar o que foi essa onda de banalidade construtiva. Não havia plano a que se obedecesse. O aproveitamento, depois de 34, dos conventos para escolas, quartéis, tribunais, hospitais, prisões, congelou as aulas de arquitectura. Havia em Lisboa meia dúzia de architectos. Era uma profissão desnecessária... Depois, com o século XX, iniciado com duas guerras que revolucionaram o mundo das ideias, por alguns rasgões nas nuvens da tormenta entraram novas claridades. Uma delas foi a ideia de uma empresa urbanizadora que pusesse Lisboa no plano das grandes capitais. Na impossibilidade de regular a arte, indiferente a todos os artigos de lei, estabeleceram-se as primeiras normas de um dirigismo municipal, e os bairros mais recentes entraram a traçar-se já com uma certa lógica, imposta aos caprichos dos negociantes da construção. Por outro lado criaram-se os bairros sociais e os bairros operários, os bairros residenciais e os bairros económicos, mas o esforço e a iniciativa para o melhoramento da fisionomia cidadã não tiveram uma vitória completa. Já o mesmo sucedera ao impulso dado por Rosa Araújo e à empresa cometida por Ressano Garcia.

Desta vez, porém, mercê dos tempos que se atravessam, o êxito foi maior, mas a hora hesitante que se vai cruzando consegue ainda perturbá-lo. Na arquitectura moderna de Lisboa há um desequilíbrio evidente, e à escassez de architectos do século passado sucedeu um excesso de gizardores de projectos, que se digladiam pacificamente.

A técnica pode mais do que a Arte, e a Vida exige tanto no desvairamento dos interesses que se criam a cada hora, que é sobre-humano resistir às necessidades que a sacrificam.

Um exemplo e uma imagem. Disse o grande artista Jouvét, numa conferência feita no nosso Teatro Nacional, que o êxito do teatro só era possível com a colaboração do autor, do actor e do público. Não bastava uma boa peça, um bom comediante e um espectador inteligente; era essencial o acordo do conjunto.

Ora neste caso da architectura citadina, o autor é o proprietário, o architecto o actor, o público... é o mesmo público. Quantas vezes o architecto é sacrificado ao papel que se lhe dá! Quantas vezes o público não entende a peça, nem comprehende o actor! O negócio, a ideia do lucro no emprego do capital, são factores que determinam muitas vezes o desastre da obra. Há que sacrificar a estética, há que aproveitar furiosamente os espaços. As escadas, a quem os ascensores já andam a fazer partidas, desenvolvem-se em buracos, as comodidades habitacionais reduzem-se, a lógica construtiva sacrifica-se. Há que fazer a vontade ao empresário que se apaixonou por um regionalismo qualquer, que gosta de três ordens de beirais (no telhado, nas portas e nas janelas), que achou graça a uma coluna metida num chanfro a meio da empena, muito catita como motivo decorativo, no entender dele... Por estas e por outras há em Lisboa janelas onde uma pessoa não cabe com os cotovelos no peitoril. E como é preciso baratear a construção, os caixilhos para elas são feitos em série, obrigando todas as fachadas de agora a ter os vãos do mesmo tamanho. A monotonia é fatal.

A divisão interior é da mesma forma imolada às conveniências. As paredes quase se suprimem porque os móveis são quase hipotéticos. Estreitam-se os corredores, apertam-se os quartos. Quartos, para quê? Os divãs arvoram-se em camas. Tudo isto se reflecte, evidentemente, nas fachadas. É uma fatalidade impossível de evitar.

Não futuro o que será a casa dos lisboetas de aqui a duzentos anos. Talvez construções de armar e desarmar, possivelmente rolantes, que se deslocarão, fugindo à estabilidade, anatematizada pelo delírio do trânsito... As velhas pousadas portuguesas, de grandes salões enfiados, estreitas alcovas, dependências enormes para a criadagem, pátios, cocheiras, cavalariças, são apenas uma recordação de curiosidade. Os anos, a correr cada vez mais depressa, acabarão com isso e com muito mais... As velhas casas de Lisboa estão na agonia, com as suas fachadas extensas e o seu ar de lar familiar. Hoje a noção de casa ou de pousada (como antigamente se dizia) está perdida. A casa englobava a ideia de família, de conforto, de abrigo. A habitação de agora quase nos põe na rua, com a sua promiscuidade de armazém e a sua agressividade de domicílio. A Fatalidade do Tempo!

Não há, porém, remédio. O terreno, os materiais, os salários, a ânsia de ganhar, conduzem a obra para estes declives. E depois grita-se: — Depressa, depressa! E vai tudo a correr. Faz-se um pré-

dio em dois meses. Nada de pedraria, nada de alvenaria, nada de gaiolas de madeira. O ferro sai mais barato, o cimento é mais em conta. Pergunta-se agora: «Saberão envelhecer estes materiais, com proveito para os olhos»? A pedra desafia o Tempo, e patina-se e enriquece-se de expressão. E o cimento? Os *ersats* da pedra vemo-los a esboroar-se como farelos. Dirão que o pitoresco e a beleza vêm depois, que somos nós quem os criamos, e que não estão nas coisas que se olham; dirão que é certo que um carroção ou uma caleça que foi visto com desprezo no seu tempo, é hoje objecto de Museu, e que ainda se hão-de ver automóveis em colecções de Arte. Tudo é possível desde que as jarrinhas de vidro azul, que foram moda em 1850, já se encontram nos bricabraques na categoria dos potes da China e das gravuras inglesas.

Realmente o Impossível é apenas o que demora mais.

Lisboa, que não pode ser, pela sua orografia, se não uma cidade de pitoresco impressionante, pródiga em belezas panorâmicas, em surpresas e imprevistos, em contrastes e indisciplinas, suporta com dificuldade a tintura de monumentalidade que lhe procuram dar.

Só a aceitou sem custo, depois de 1755, porque lhe planificaram o vale da Baixa, e lhe traçaram sobre ele a grelha regrada de arruamentos, formada por uma série de quarteirões equilibrados, onde havia escala e proporções, onde se calcularam as cérceas pelas larguras das ruas, onde as massas se equilibraram sàbiamente. A zona de Lisboa onde há monumentalidade, é ainda a baixa pombalina, rica de perspectivas, sòbriamente implantada, e que só foi pena a magreza do Tesouro não ter permitido que ela se estendesse pelos vales de Arroios e de Andaluz, como esteve projectado.

Actualmente o bairro do Areeiro procura atingir de novo essa expressão monumental, esquecida desde então. As novas avenidas de nomes cosmopolitas (Paris, Roma, etc.) guarnecem-se de altos imóveis, de cor variada e de variados gostos, enfileirando-se na ânsia de achar perspectivas; mas a disparidade dos estilos em constantes conflitos de cor atordoam a vista antes dela encontrar essa característica de monumentalidade. Outras avenidas onde têm sido permitidas construções, dos volumes mais díspares, desde as casas de um só andar às ameaças de arranha-céus, estendem-se a perder de vista, sem que haja perspectivas possíveis e sem que o pitoresco possa também resistir.

Por vezes a falta de lógica é aflitiva e não há arte que a exija mais do que a Architectura. Já não se fala de altos telhados de grande declive para uma neve que não cai, nem nos imóveis para o nosso clima com mais envidraçados do que paredes. A arcada, tão nossa, e tão útil — por isso é que era bem nossa — está posta de parte, e o arvoredado, tão belo e tão protector — talvez pelo horror atá-

vico do Moiro, que só se interessava pela cultura rasteira — sacrificava-se frequentemente aos relvados ou gramados, custosos de manter e onde é proibido tocar como se fossem objectos de exposição ou de Museu.

O estrangeirismo é uma endemia portuguesa. *Pelouses* em Lisboa têm de se olhar com respeito. Os Ingleses acham nisto infinita graça, e preferem acolher-se à sombra de uma árvore copada.

Não se legisla proveitosamente sobre a ética nem sobre a estética, mas alguma coisa se pode pedir aos artistas para que a graça de Lisboa se não subverta inteiramente. Pede-se-lhe um pouco de espírito nacional nas interpretações da architectura moderna. Não pretendemos, evidentemente, que se repita o caso extravagante do Largo D. João da Câmara e da Rua Primeiro de Dezembro, onde há uma *gare* manuelina, um imóvel, aliás bellissimo, de estilo parisiense, um teatro de tipo italiano, e vai haver outro imóvel de características modernas, não sei de que proveniência. Não queremos também que se construa em gótico, como aqueles depósitos da Companhia do Gás que houve na Rua Vinte e Quatro de Julho. Pretende-se somente que se busque inspiração em belos motivos que a nossa architectura deixou em tantos imóveis da cidade setecentista. A casa dos Pimentas (hoje de Jorge Graça), no Campo Grande, o grande prédio junto das Casas dos Bicos, o palácio Ludovice, a S. Pedro de Alcântara, o imóvel da Praça da Alegria, na face Poente, alguns prédios no Ferragial e noutras zonas de Lisboa, ainda podem dar lições de bom gosto, de equilíbrio, de proporções e de escala.

Não creio, porém, que esta rogatória tenha qualquer efeito. No *Frei Luís de Sousa* dizia o Romeiro: — «Necessidade pode muito». E eu direi: — a Fatalidade do Tempo pode ainda mais do que a Necessidade.

Lisboa, vítima do urbanismo, que há ainda quem confunda com Urbanização, a caminho de um milhão de habitantes, tornada em ferredouro de caldear provincianismos, dá-se, como capital, a todos que a procuram. Regorgitante de gente, atordoada de si mesma, está condenada a descaracterizar-se. Ela, que era a noiva branca do Tejo, na imaginativa lírica dos poetas árabes, escapou à ideia setecentista de diferenciar os seus bairros pela cor das fachadas, mas não evitou que, depois de 1834, o amarelo distinguisse todos os edifícios públicos, e que, mais tarde, se pintalgasse de todas as cores do Arco Iris. Lisboa, que devia ser como Évora, na riqueza decorativa dos caleados que valorizam as cantarias, nos encontros imprevistos das fachadas, nas intercepções dos planos, na riqueza pitoresca das arcarias, dos passadiços e dos ressaltos, degenerou na «caixinha de tintas» tão encomiada por alguns, que gostam do «verde gaio» do Terreiro do

Paço e dos vermelhões de mata-borrão que agora estão na ordem do dia. Mas isto é uma questão de gosto, e os gostos não se discutem. Há até quem ache o branco uma monotonia! Louvado seja Deus!

Esta minha palestra desataviada não pretende adiantar em ponto algum o inquérito últimamente feito por um jornal de Lisboa. Perante o que se está passando, não há senão que cruzar os braços, fechar os olhos, e deixar passar a onda. Já se estragou Coimbra, roubando-lhe os contornos panorâmicos, o carácter de burgo singular que era na nossa terra; Lisboa esta sofrendo a mesma condenação.

Sinal dos Tempos! Fatalidade do Tempo!



COLECTÂNEA DE JORNAIS

Catálogo dos primeiros números de jornais lisiponenses da Colecção do Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, expostos no salão dos «Amigos de Lisboa», de 30 de Abril a 12 de Maio de 1952.

(Conclusão)

- O FOMENTO — 9 de Março — Director: Reis Azevedo.
- INFORMAÇÃO COLONIAL — 9 de Março — Director: Aragão Paiva.
- A INFORMAÇÃO — 17 de Março — Editor: José Sales de Sousa.
- O COMBATE — 23 de Março — Director: José Parreira.
- O CONDUCTOR DE AUTOMOVEIS — 23 de Março — Director: M. Pires Rosendo.
- CULTURA — Março — Director: Campos Lima.
- COMERCIO E ULTRAMAR — Março — Director: M. de Mesquita.
- 1929
- JORNAL DOS MERCADOS — 7 de Abril — Director: Inácio Sebastião Franco.
- POLITICA — 15 de Abril — Director: A. de Mendonça Dias.
- PREVIDENCIA — 15 de Abril — Director: Dario Gomes Nóvoa.
- A GAZETA — 18 de Abril — Director: Artur Carvalho da Silva.
- CINEGRAFIA — 18 de Abril.
- O ECO TEATRAL — 27 de Abril — Director: Alfredo de Almeida.
- OS GRANDES INTÉRPRETES DO CINEMA.
- GALERIA DO SANTO CONDESTÁVEL — Director: Prof. F. M. da Costa Lobo.
- A LÍNGUA PORTUGUESA — Director: Rodrigo de á Nogueira.
- O TELEFONE — 4 de Maio.
- O FILME — 18 de Maio — Director: Duarte Ferreira Cardoso.
- O 28 DE MAIO — 28 de Maio — Director: Tenente José Luís dos Santos Romão.
- O COLUMBBÓFILO — Maio — Director: Júlio Muralha.
- LISBOA GALANTE — Maio — Redactor: Rebelo de Bettencourt.
- ESFINGE — Maio — Directores: Arnaldo Rodrigues e Moura Vitória.
- A VOZ ACADÉMICA — 1 de Junho — Director: A. Sousa e Albuquerque.
- O TIRO-LIRO — 5 de Junho — Director: Tio-Tiroliro.
- REVISTA PORTUGUESA DE COMUNICAÇÕES — 1 de Julho — Director: J. Carvalho dos Santos.
- BOLETIM DA CASA LIQUIDADORA — 18 de Julho.
- CINE-TEATRO — 25 de Julho — Director: Paulo Varandas.
- FISIOTERAPIA — Redactor: F. Carvalho.
- A VIDA SOCIAL — Agosto — Director: José António Peralta.
- TRIBUNAL DO COMÉRCIO — Setembro — Director: Daniel Ferreira de Matos.
- RÁDIO-PROGRAMA — 6 de Outubro.
- REPÓRTER X — 12 de Outubro — Editor: Ilídio de Sousa.
- A LANTERNA — 6 de Outubro — Director: João Antunes Braz.
- O PORTO DE LISBOA — 27 de Outubro — Editor: Alexandre Marques.
- EUFONIA — Outubro.
- A CAIXA ECONÓMICA — 10 de Novembro — Director: João de Sousa Pita Catelejo.
- RUMOR — 19 de Novembro — Director: José Parreira.

DIÁRIO POPULAR — 25 de Novembro — Director: Celorico Gil.
 O MOSQUITO — 1 de Dezembro — Director: Veiga Barros.
 O COLONIAL — 7 de Dezembro — Director: João Q. Guerreiro.
 VIDA ALEGRE — 14 de Dezembro — Administrador: Jacques Nobre.
 O ESPECTRO — 21 de Dezembro — Director: José Joaquim Santos e Silva.
 ARTE E ARQUEOLOGIA.
 FEIRA DA LADRA — Tomo primeiro — Dirigido por Cardoso Marta.

1930

A MOCIDADE AFRICANA — 1 de Janeiro — Director: Manuel Dias da Graça.
 REVISTA BIBLIOGRÁFICA — Janeiro.
 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS OLIVICULTORES DE PORTUGAL — Janeiro — Redactor: Dr. Nuno de Gusmão.
 BOLETIM INTERNACIONAL DA ESTRELA — Janeiro.
 A ARTE MUSICAL — Janeiro.
 O GLOBO — Janeiro — Direcção de Jaime Brasil.
 O ELÉCTRICO — 10 de Janeiro.
 O CAMPEÃO — 11 de Janeiro — Director: Mário Santana.
 O ZECA — 12 de Janeiro — Director: Venceslau de Oliveira.
 O AMOR E CARINHO (Número único) — 11 de Janeiro — Director: Faustino F. Silva.
 A SEMANA EM LISBOA — 18/18 de Janeiro — Director: Pedro Muralha.
 VIDA TÉCNICA E INDUSTRIAL — 15 de Janeiro — Director: Jacinto Firmino Pereira Santos.
 O ELECTRO-GAZ — 17 de Janeiro — Director: Amadeu da Silva Monteiro.
 JORNAL DA CIDADE — 9 de Fevereiro — Director: F. Salazar Neves.

ARTE FEMININA (Número espécimen) — Directora: Maria Caratão.
 EDUCAÇÃO PORTUGUESA — 24 de Fevereiro — Director: Manuel Rodrigues Santos.
 INFORMAÇÕES MÉDICAS — Março.
 A FOLHA ILUSTRADA — 29 de Março — Director: Elídio Santos Pinto.
 CRÓNICA CINEMATOGRAFICA — 15 de Abril — Director: Magalhães de S. Boaventura.
 REVISTA UNIVERSAL PORTUGUESA — Maio — Director: Roque Machado.
 KINO — 1 de Maio — Editor: Alfredo Vieira Pinto.
 O POLIGLOTA (Número antepreimeiro — Maio.
 O MONITOR DE FARMÁCIA — 5 de Maio — Director: Firmino Martins.
 A VOZ DOS MERCADOS — 1 de Maio — Director: José Ferreira (*Cravo*).
 DA PLATEIA — 31 de Maio — Redactor: Jorge Simões.
 O CAPOTE — 22 de Junho — Direcção de Júlio César dos Santos.
 PORTUGAL EXPORTADOR — Julho — Director: Joaquim A. Matias.
 PORTUGAL — Agosto — Director: Armando Ferreira.
 O CORTADOR — 20 de Setembro — Director: Júlio Dias Afonso.
 O REDUCTO — Setembro.
 A LEITURA — 30 de Outubro — Director: Augusto de Santa Rita.
 O TARECO — 21 de Outubro — Director: José de Almeida.
 ESTUDANTES LIVRES — 25 de Outubro — Direcção de Artur Alpedrinha.
 O AMIGO DO POVO — Novembro.
 A. C. P. — Novembro.
 A LARANJINHA — 6 de Dezembro — Redactor: Jorge Navarro.
 RÁDIO-PROGRAMA — 14 de Dezembro — Director: J. J. Santana.
 BOLETIM BIBLIOGRÁFICO — Dezembro.

GIRASOL — 16 de Dezembro — Director: Erico Braga.
 O VINTEM DAS ESCOLAS (Número especial — 30 Dezembro — Director: Francisco Fernandes Ribeiro.
 LATINA — Abril-Maio — Editor: J. Pereira.
 PORTUGAL — Agosto — Director: Armando Ferreira.

1931

A SAUDE — Janeiro — Director: Dr. Armando Gonçalves.
 O CONTRIBUINTE — 5 de Janeiro — Director: Alberto Carrapatoso.
 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DO REGISTO CIVIL E LIVRE PENSAMENTO — Janeiro.
 CÓDIGO PENAL — Janeiro — Director: J. Castelo Lopes.
 PIROLITO — 24 de Janeiro — Dirigido por Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa.
 PORTUGAL COLONIAL — Director: Henrique Galvão.
 O PELOURINHO — 29 de Março — Director: Isaac Tello.
 DE NOVOS — Março — Direcção de Nelson Monteiro de Barros.
 RENASCENÇA — 12 de Abril — Director: Manuel Ribeiro.
 NOTÍCIAS — 19 de Abril — Director: Ramada Curto.
 O UNIÃO — Abril — Director: Joaquim de Paiva e Silva.
 ALMA FEMENINA — Directoras: Amélia Maria da Encarnação, etc.
 CANCELONEIRO DA MOURARIA — Abril — Por Júlio Guimarães e António Montoia.
 O CHIADO — 9 de Abril — Director: Ramiro Barros e Silva.
 CATÁLOGO MENSAL DA LIVRARIA UNIVERSAL — Maio — De Armando Joaquim Tavares.
 A PARODIA — 5 de Maio — Director: Pinto de Magalhães.
 ATENEU — Junho — Director: António Maria Godinho.

PORTUGAL AVICOLA — Junho — Director: Dr. Idalino Rodrigues Gondim.
 MOCIDADE LIVRE — 7 de Junho — Director: Francisco Lyon de Castro.
 O ARGONAUTA — Junho — Redactor: José Francisco.
 O TOUREIRO — 14 de Junho — Director: F. José Barros Ataíde (*Paquito Pepe*).
 A ECONOMIA NACIONAL — 8 de Setembro — Director: José Epifânio Pereira da Trindade.
 REALIDADE — Director: Filipe Gouveia.
 FEMINA — 3 de Janeiro — Directora: Helena d'Aragão.
 FORUM — 15 de Dezembro — Editor: Armando Rodrigues.
 O 1.º DE DEZEMBRO (Número único) — Directores: Artur Pereira e H. B. da Silva.
 EL HERALDO — 15 de Dezembro — Editor: José da Conceição e Silva.
 ARTE NO LAR — 30 de Junho — Director: E. Durão.
 MARCAS E PATENTES — Julho — Director: Eng. Raul César Ferreira.
 A INFORMAÇÃO — 5 de Julho — Director: Ernesto Soares.
 ALVORADA — 6 de Julho — Director: Miguel de Abreu.
 O BOBO — 14 de Julho — Director: Orlando H. Martinot.
 SPORT ILUSTRADO — 20 de Agosto — Director: Cândido Frazão.
 SEMANA ILUSTRADA — 29 de Agosto — Director: Serra Ribeiro.
 O COMÉRCIO DA AJUDA — 12 de Setembro.
 ALENTEJO ILUSTRADO — 15 de Setembro — Director: Manuel Subtil.
 O FORO — 17 de Setembro — Director: Júlio Mendes da Silva.
 BOLETIM DA ASSISTENCIA — Outubro.
 MOCIDADE ESCOTISTA — Outubro — Director: Sebastião Alves da Costa.
 ALMA NOVA — 2 de Novembro — Editor: Manuel Borges.

O EXPRESSO — Novembro — Direcção: João Lisboa.
 SOLIDARIEDADE — Dezembro — Editor: Emídio Santana.
 O REPORTER XIÇA — Por Alfredo d'Ascensão Araújo.
 CRUZADA BEMDITA (Número único) — Editado pelo *Diário de Notícias*.
 REVISTA COMERCIAL PORTUGUESA — Julho.
 A VIDA — Julho — Direcção de Álvaro Canelas e Aleixo Ribeiro.
 BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (Vol. I) — Novembro-Dezembro de 1931 e Janeiro — Secretário: António de Machado de Faria de Pina Cabral.

1932

ECO DOS ANJOS — 17 de Março — Redactor: Augusto Morais.
 O COLECCIONADOR — Agosto — Director: A. de Gusmão Navarro.
 BOLETIM DO LICEU NORMAL DE LISBOA — Organizado pelo Reitor: António J. Sá Oliveira.
 HYGIA — Janeiro — Director: Barreto de Faria.
 ARMAS E TROFEUS — Volume I — Comissão redactora: Ricardo de Ornelas, etc.
 DETECTIVE — 30 de Janeiro — Director: Mário Domingues.
 ERA NOVA — 30 de Janeiro — Redactor: Luís Torrezão.
 BIBLIOPILA — Janeiro — Direcção de Arnaldo Henriques de Oliveira.
 A PROPRIEDADE URBANA — Março.
 A TUNA — Janeiro — Director: Fernando Avelar Reprezas.
 HOJE — 14 de Janeiro — Editor: Albino José Ferreira.
 TERRA NOSTRA — 1 de Janeiro — Director: João Calado Rodrigues.
 A VOZ DO MOCHO — 1 de Fevereiro — Director: Ribeiro de Brito.
 DIARIO DA NOITE — 30 de Janeiro — Director: Manuel Maria Coelho.

STADIUM — 17 de Fevereiro — Director: Carlos Silveira.
 O CAMPOLIDE — 20 de Março — Director: Dr. Adelino Gamboa.
 AFRICA — Março — Directores: Mário Domingues e Viana de Almeida.
 ALERTA — 5 de Março — Director: Ilídio Ferreira.
 O REALISTA DE VIVERES — 15 de Março — Director: David da Silva.
 A PROTECÇÃO — Abril — Directora: D. Maria Joana Mendes Leal.
 BOLETIM DO CREDITO PUBLICO — 20 de Março — Director: Dr. Laurindo Pereira.
 MOCIDADE — 14 de Abril — Directores: José Maria Cardoso, etc.
 PRESENTE E FUTURO — Maio — Director: Armando António Martins de Figueiredo.
 AFRICA — 14 de Maio — Director: Dr. João de Castro.
 LISBOA ESTORIL — 26 de Maio — Director: G. Neves.
 O COLECCIONADOR — Agosto — Directores: A. de Gusmão Navarro e A. Navarro e A. Pacheco de Carvalho.
 A VIDA SOCIAL — 1 de Maio — Director: Mariano Pereira.
 O RELAMPAGO — 18 de Maio — Director: Fausto Gonçalves.
 A VOZ DE ALCANTARA — 3 de Junho — Director: Manuel A. Alves.
 O LAICO — 4 de Junho — Director: Eugénio Battaglia.
 O BRADO COMERCIAL — 16 de Junho — Direcção de Manuel L. Delgado Grosinho.
 ORBIS — Julho — Editor: C. M. Silveira.
 P B X — 30 de Julho — Directores: Sales Ferreira e Aleixo Ribeiro.
 DIARIO LIBERAL — Director: Dr. Evaristo de Carvalho.
 O LUSO-AFRICANO — 15 de Agosto — Director: Luís da Cunha Lisboa.

UNIDADE — 15 de Setembro.
 O ALDRABÃO — 20 de Setembro — Director: Francisco Branco.
 tor: Francisco Branco.
 JORNAL DOS BOMBEIROS — Editor: Júlio Alexandre da Silva.
 ACADEMIA PORTUGUESA — 14 de Outubro — Direcção de Abel dos Santos.
 O GRITO — 15 de Outubro — Director: Joaquim Fernandes.
 PORTUGAL COLUMBOFILO — 16 de Outubro — Editor: Manuel das Neves.
 A BOLA — 31 de Outubro — Director: Tavares da Silva.
 SOCIEDADE PORTUGUESA — Novembro — Director: Pedro Correia Marques.
 O DEVER — 10 de Novembro — Director: José de Pinho Ribeiro.
 GENTE NOVA — 18 de Novembro — Editor: Baniel Barreiras Júnior.
 O Yo-Yo — 20 de Novembro — Chefe da Redacção: Manuel Esteves.
 FAMA — 30 de Novembro — Director: Augusto de São Boaventura.
 LUSITANIA FILME — Novembro — Editor: M. Vasques Hermenegildo.
 A VOZ DA RAZÃO — 1 de Dezembro — Editor: José G. Januário.
 MOMENTO — 15 de Dezembro — Directores: Fernando Leiro.
 TIC-TAC — Dezembro — Cardoso Lopes.
 O RATO — 30 de Dezembro.
 ECO TAURINO — 18 de Dezembro.
 PORTUGAL CINE REVISTA — Fevereiro — Director: Artur Marta.
 ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTUGAL (Fasc. I — Vol. I) — Direcção de José da Cunha Saraiva António Machado Faria.
 FAMA — 30 de Novembro — Director: Augusto de São Boaventura.

1933

Directores: A. Pacheco de Carvalho e A. de Gusmão Navarro.
 A NOTICIA — 3 de Janeiro — Director: E. Reis Azevedo.
 O PARQUE MAYER — Fevereiro — Jaime Bento.
 O DOMINGO JORNAL MAGAZINE — 5 de Fevereiro — Redactor: Raul Costa.
 NOTICIAS AGRICOLA — 4 de Março — Directores: A. Urbano de Castro e Joaquim Pratas.
 SEMANA AGRICOLA — 5 de Março.
 LEIA O GRATIS — 30 de Março — Director: Guilherme Faria Lapa e Costa.
 A REFORMA — Abril.
 ANIMATOGRÁFO — 1 de Abril — Director: António Lopes Ribeiro.
 O ALMA NOVA — 9 de Abril — Editor: Filipe d'Abreu.
 DIÁRIO DE LISBOA — 1 a 30 de Abril — Director: Joaquim Manso.
 O SECTOR 1 — 23 de Abril — Director: António Glacomo Nizza da Silva.
 DE CAPA E MOUÓCULO — Maio — Director: Henrique António Pereira.
 ALA DOS HUMANOS — 10 de Maio — Director: António Maria Lopes da Silva.
 TROVAS DE PORTUGAL — 20 de Maio — Director: José dos Santos.
 O RESSURGIR — 26 de Maio — Redactor: Veloso Lima.
 O GREMIO DO MINHO (Número único) — Maio — Director: Flamínio de Azevedo.
 O CARNIDE — Junho — Director: Jacinto Marques.
 O GREMIO (Número único) — Junho — Redactores: Luís Filipe da Silva e Filipe da Silva.
 PRISMA — Junho — Directores: Assis Monteiro e Jorge Domingues.
 LISBOA — Julho — Director: Nogueira de Brito.
 ENTRE NÓS — Julho.
 A VOZ DA GREI — 12 de Julho — Editor: José Bonito.

- O INFORMADOR COMERCIAL — 15 de Junho — Director: Isaac Marinheira.
- O ADICENSE (Número único) — Julho — Redactor: Jerónimo P. Cândido.
- RITMO — Junho — Directora: Olímpia Dória.
- VIDA ARTISTICA — 15 de Julho — Director: Costa Pereira.
- PALCOS E SALAS — Agosto — Director: Jaime Nunes.
- O ECO DE LISBOA — 14 de Agosto — Director: Araújo Júnior.
- BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS POBRES DO CONCELHO DE MATOSINHOS — Director: Dr. Mário Cardia.
- A MATINHA — 18 de Junho.
- A HOMENAGEM (Número único) — 17 de Setembro.
- O ROMANCE — Setembro — Directora: Margarida Gomes Barbosa.
- BELEZA FISICA — Setembro — Editor: Luís Montes.
- FEMINA — 17 de Novembro — Directora: Helena de Aragão.
- IATRIA — Novembro — Director: Prof. Carlos Ramalhão.
- O REPUBLICANO — 1 de Dezembro — Director: José Vale Mexia.
- O BLOCO — 11 de Dezembro — Director: Couto Rodrigues.
- SCIENTIA (Número espécimen) — Dezembro — Directores: Manuel Soares e José J. Lopes de Oliveira.
- RADIO MAGAZINE — 30 de Dezembro — Director: Eugénio Santos.
- O GREMIO.
- OASIS — Director: A. Ferreira.
- O SENHOR DOUTOR — 18 de Março — Director: Carlos Ribeiro.
- O BLOCO — 11 de Dezembro — Director: Couto Rodrigues.
- O CORREIO — Fevereiro — Director: F. Palyart Pinto Ferreira.
- REVISTA DOS WAGONS — Fevereiro — Editor: Manuel Franco.
- FRADIQUE — 8 de Fevereiro — Director: Tomás Ribeiro Colaço.
- BOLETIM DA SOCIEDADE PROPAGANDA DE PORTUGAL — Março.
- EU SEI TUDO — 1 de Março — Por António Fernandes das Neves.
- REVOLUÇÃO NACIONAL — 1 de Março — Director: Manuel Múrias.
- O PUGNADOR — 5 de Março — Director: Inácio Sebastião Franco.
- BOLETIM MUTUALISTA — Abril — Editor: João Guilherme Vasconcelos de Almeida.
- RADIO JORNAL — 15 de Abril — Director: Jayme Rodrigues.
- NOVIDADES LITERARIAS — 30 de Abril — Direcção literária: João Amaral Júnior.
- AUTOMOVEL — 5 de Maio — Director: José Ferreira Pinto Basto.
- A VOZ DO GREMIO — Maio — Redactor: J. Fernandes C. Gonçalves.
- O TRABALHADOR — Maio — Director: A. Matos Soares.
- REVISTA MARITIMA E COMERCIAL — Maio — Director: Armando Pereira do Vale.
- CINE — 17 de Maio — Director: António Fagim.
- A CIDADE (Número espécimen) — Maio — Editor: Carlos Fernandes.
- A DEFESA NACIONAL — Maio — Editor: Gentim Bessa.
- RADIO NOVIDADES — Junho — Editor: Raul Vieira.
- O JORNAL DO COMPRADOR — Junho — Director: M. de Carvalho.
- O DIABO (Número-espécimen) — 2 de Junho — Director: Artur Inês.
- MIGALHAS HISTORICAS — Julho — Director: Fernandes Agudo.
- O COLLECCIONADOR — Julho.

1934

AVANTE — 27 de Janeiro — Director: Ernesto de Oliveira e Silva.

- VOZ DE BELEM — 7 de Julho — Director: Dr. João Carlos Simões Alves.
- MAGAZINE PORTUGAL — Julho — Director: Adão de Figueiredo.
- O DIABO Á SOLTA — 24 de Agosto — Director: Artur Inês.
- AUTO — Agosto — Director: Joaquim Rosendo.
- VIDA ALENTEJANA — 11 de Setembro — Director: Pedro Muralha.
- A FARSA HUMANA — 22 de Setembro — Director: Pinto de Magalhães.
- O RESGATE NACIONAL — 1 de Outubro — Director: Cabral Miranda.
- SPRINT — 6 de Outubro — Director: Álvaro de Oliveira.
- LISBOA GIMNASIO — 4 de Novembro — Director: Domingos Lança Moreira.
- X SEMANARIO DE GRANDES REPORTAGENS — 22 de Novembro — Director: Reinaldo Ferreira.
- MOCIDADE ESCOLAR — 7 de Dezembro — Director: Alberto de Pais Salvação.
- RETALHISTA DE VINHOS — 20 de Dezembro — Director: Dr. José Bento.
- LISBONENSE — Dezembro — Director: Leal dos Santos.
- REVISTA PORTUGUESA — Inverno de 1934-1935 — Director: Visconde do Porto da Cruz.
- O JORNAL DO COMPRADOR — Junho — Director: M. de Carvalho.
- NOVIDADES LITERARIAS — 30 de Abril — Director: João Amaral Júnior.
- CINE — 17 de Maio — Director: António Fagim.
- A CIDADE — 10 de Junho — Director: Mário Salgueiro.
- X — 22 de Novembro — Director: Reinaldo Ferreira.
- 1935
- VIDA FERROVIARIA — Janeiro — Editor: Arnaldo Fernando Durães.
- SALÃO DE LEITURA — Janeiro — Editor: Armando Borges de Aguiar.
- GLÁDIO — 31 de Janeiro — Por João de Barros.
- DOMINÓ — Janeiro — Director: Luís de Oliveira Guimarães.
- ACTUALIDADE COLONIAL — Janeiro — Editor: José do Nascimento.
- 1935 DE SEMANA A SEMANA — 7 de Fevereiro — Direcção de Felizardo Artur.
- FUTEBOL — 9 de Fevereiro.
- BANDARRA — 16 de Março — Editor: Horácio de Castro Guimarães.
- «CURATE IPPSUM» (CURA-TE A TI PROPRIO) — Número único — Março.
- O PAPAGAIO — Director: Adolfo Simões Müller.
- CARAS & CARETAS — Abril — Direcção de Carlos Machado.
- IMPRESA MÉDICA — 10 de Abril — Directores: S. C. Costa Sacadura, etc.
- JORNAL DO MEIO DIA — Abril — Director: Pedro Muralha.
- O BENFOSMO (Número único) — 24 de Abril.
- VIDA COLONIAL — 2 de Maio — Director: Rogério Pereira.
- TROVAS DE PORTUGAL — 20 de Maio — Director: José dos Santos.
- DE PORTUGAL — Maio — Director: Henrique Martins Vagueiro.
- OS PUPILLOS DO EXÉRCITO — 25 de Maio.
- O ALFAIATE — Maio.
- GAZETA DE DIREITO NOTARIAL — Junho — Director: Fernando Tavares de Carvalho.
- NOVA GAZETA DE LISBOA — 4 de Junho.
- DIARIO DA FEIRA DO TERREIRO DO PAÇO — N.ºs 1 a 4 — 7 a 10 de Junho.
- ESTUDANTES DE PORTUGAL — 13 de Junho — Director: Virgílio Pereira da Costa.
- CAMPOS E PRAIAS — Director: Manuel Carlos.
- O TRABALHO NACIONAL — Junho.
- SUDOESTE EUROPA PORTUGAL — Junho.
- RING — 15 de Julho — Director: João Madeira Mega.

A DEFESA PORTUGUESA — 24 de Julho — Director: Henrique Costa.
 BOLETIM — Agosto — Director: Henrique Galvão.
 A CHARADA — 1 de Agosto — Director: M. Portugal Mendes (Mirones).
 AUTOMÓVEL — 21 de Agosto — Director: A. do Sacramento Monteiro.
 O LIBERAL — 1 de Setembro — Director: Mário Salgueiro.
 O MOLEIRO NACIONAL — 15 de Setembro — Director: A. Neves da Costa.
 TOPA TUDO — 19 de Setembro — Director: Luís Rau Sales.
 O PANIFICADOR — 23 de Setembro — Director: Alfredo Dias Pires.
 BOLETIM DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA, HISTORIA E ETNOGRAFIA.
 ECO ILUSTRADO — 12 de Outubro.
 CINE JORNAL — 21 de Outubro — Director: Fernando Fragoso.
 O MUNDO NOVO — 23 de Outubro — Director: Henrique J. Guedes.
 O JORNAL DO SÃO LUIZ — Outubro.
 CINE E DESPORTOS — 27 de Outubro — Director: José Pinto da Costa.
 GLEBA (Número espécimen) — Novembro — Comissão Directiva: Almeida e Silva.
 O CORREIO PHILIPS — Novembro.
 O PUGILISTA — Novembro — Director: Albano Martins.
 MICKEY — 21 de Novembro.
 RÁDIO REVISTA — 25 de Novembro — Editor: José de Sousa Ferradeira.
 BOLETIM DOS ORGANISMOS ECONÓMICOS — Março — Dirigido por J. Preto Pacheco.
 GLEBA — 4 de Dezembro — Comissão Directiva: Almeida e Silva, etc.

1936

IN FOLIO — Janeiro.
 JOANINHA — 3 de Janeiro — Editor: António Maria Lopes.

FOGO — 17 de Janeiro — Director: Altino Gonçalves.
 A GUERRA — 25 de Janeiro — Director: Adriano Vieira Coelho.
 CARTAZ — Fevereiro-Março — Directores: D. Tomaz de Mello (Tom) e Artur Augusto.
 SORECA — Março — Director: Henrique Paixão.
 SEMANA ILUSTRADA — 7 de Março — Director: F. M. Mota Marques.
 O CRIME — 18 de Abril — Tomé Vieira e Mário Pires.
 A VOZ DA MOCIDADE — 1 de Maio — Director: José dos Santos Cabral.
 MENTALIDADE (Número espécimen) — 9 de Maio — Director: Gabriel dos Reis Marques.
 ACÇÃO — 30 de Maio — Editor: Augusto Ferreira Gomes.
 BABEL — Maio — Director: Luís de Oliveira Guimarães.
 ACÇÃO MEDICA — Junho.
 ESTUDIO — Julho — Director: Eng. Luís Verol.
 O «TOURING» PORTUGUÊS — Julho.
 NUN'ALVARES — 18 de Dezembro — Director: Mário Norton.

1937

REVISTA DA MARINHA MERCANTE — Janeiro — Director: Maurício de Oliveira.
 A POLYTECHNICA (Número Único) — 11 de Janeiro — Dirigido por J. U. Rodrigues Costa.
 FLAMA — 5 de Fevereiro — Director: António dos Reis Rodrigues.
 BOLETIM DA LEGIÃO PORTUGUESA — 15 de Fevereiro.
 NÓS QUEREMOS — Março — Director: Mário de Pina Cabral.
 REVISTA FORD — Abril — Director: Guilherme Street Caupers.
 O MONUMENTO — 13 de Maio — Director: Monsenhor Pereira dos Reis.

FEIRA DO LIVRO (Número único) — Maio a Junho.

POLICIA PORTUGUESA — Maio a Junho — Director: Major Miguel Vaz Duarte Bacelar.

A. C. M. P. — Julho.

VIAGEM — Julho — Director: Marques da Costa.

RADIO NACIONAL — 1 de Agosto.

O COMBOIO — Novembro.

JORNAL DA M. P. — 1 de Dezembro.

NÃO DEIXE — Dezembro.

1938

OLISIPO — Janeiro — Director: Gustavo de Matos Sequeira.

TENIS — Fevereiro — Director: J. M. de Serra e Moura.

OCIDENTE — Director: Manuel Múrias.

1939

AGRICULTURA — Janeiro — Director: Eng. agrónomo Dr. Artur de Castilho.

REVISTA DOS CENTENARIOS — 31 de Janeiro.

REVISTA DOS CENTENÁRIOS — 31 de Janeiro.

O SENHOR DOUTOR — 18 de Março — Director: Carlos Ribeiro.

A NOITE — 20 de Março — Director: Augusto de Castro.

A RISOTA — 20 de Março — Director: Augusto de Santa Rita.

A GRANDE NOVELA — Editor: Carlos de Ornelas.

A NOITE — 20 de Março — Director: Augusto de Castro.

A RISOTA — 20 de Março — Director: Augusto de Santa-Rita.

COMERCIO PORTUGUES — Novembro — Director: Joaquim Roque da Fonseca.

BOLETIM DA DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE SAUDE MILITAR.

TURISMO (N.º 20) — Abril — Director: António Pardal.

JORNAL DA TARDE — 1 de Agosto — Director: Jorge de Faria.

COLECÇÃO RADIOFÓNICA (Tomo 1).

MOCIDADE ACADEMICA — 1 de Dezembro — Secretário: Luís Coelho Cabanita.

1940

MÁ LINGUA — 28 de Janeiro — Director: Artur Bivar (Frei Gil).

ARGO E A SUA ROTA — Maio.

LIVROS DE PORTUGAL — Novembro — Director: António Maria Pereira.

JORNAL DO MEDICO — 1 de Dezembro — Director: Mário Cardia.

INDEPENDENCIA — Dezembro.

1941

DIABRETE — 4 de Janeiro — Director: A. Urbano de Castro.

LISBOA MEDICA — Janeiro — Secretário da Redacção: Morais David.

QUEBRA CABEÇAS — 15 de Abril — Director: Américo Faria.

VIDA MUNDIAL ILUSTRADA — 22 de Maio — Director: José Cândido Godinho.

PANORAMA — Junho.

FUTURO — 5 de Junho — Director: Miguel Trigueiros.

ALÉO — 20 de Outubro — Director: Fernando Amado.

O ENIGMA — 25 de Novembro — Director: João Augusto Bastos.

1942

SAUDE E LAR — Janeiro-Março — Director: A. Dias Gomes.

CORREIOS DOS TRIBUNAIS — Fevereiro.

BOLETIM DOS LABORATÓRIOS VITÓRIA — Abril.

REVISTA DA IMPRENSA PORTUGUESA — 25 de Maio — Director: J. Serpa Quaresma.

LISBOA CARRIS — Abril — F. Avilez.

PONTOS NOS II — Maio — Bordalo Pinheiro.

ACTIVIDADES SANITAS — Julho.

OS NOSSOS FILHOS — Junho — Directora: Maria Lúcia.

SOL — 19 de Junho — Director: A. Lelo Portela.

DIARIO POPULAR — 22 de Setembro — Director: António Tinoco.

SUPLEMENTO LITERÁRIO E ARTÍSTICO DO DIÁRIO ILUSTRADO — Julho — João Ferreira.

MARIALVA — 18 de Julho.

JORNAL DA MARINHA MERCANTE — 31 de Julho — Director: Maurício de Oliveira.

GRÊMIO LISBONENSE — 26 de Outubro.

A FARÇA (Número especial). *Não tem data em arte alguma.*

O MANDARIM — Beldemónio.

BOLETIM DAS ESCOLAS MÓVEIS JOÃO DE DEUS — João de Deus Ramos.

JORNAL DO ATLANTICO.

REVISTA DE PORTUGAL — Vol I — Outubro — Director: Álvaro Pinto.

STADIUM — Dezembro — Director: Dr. Guilherme de Matos.

ARTE E SPORT — 20 de Dezembro.

PARA TODOS — 20 de Dezembro — Director: Carlos Mateus Romariz Monteiro.

1943

A CIDADE DOS RAPAZES — 8 de Janeiro — Director: Paulo de Macedo.

GAZETA DE FILOSOFIA — Janeiro — Director: Antonino de Sousa.

VOGA — Fevereiro — Direcção: Deolinda de Sousa Gomes.

O FAÍSCA — 6 de Março — Director: Carlos Cascais.

MULTIDÃO — 20 de Abril — Director: Leopoldo Nunes.

O GLOBO — 15 de Maio — Gerente: Dias Martins.

O LAB DO MÉDICO — 15 de Julho.

PALAVRAS CRUZADAS — Agosto.

FILMAGEM — 20 de Novembro — Director: Raul Faria da Fonseca.

REVISTA DA IMPRENSA PORTUGUESA.

ACTUALIDADES (Número único) — Editor: José Gonçalves.

MICROFONE, O JORNAL DA RÁDIO — 1 de Maio — Director: Eduardo Freitas da Costa.

GAZETA MEDICA PORTUGUESA — Volume I — Secretários: A. Pita Negrão, etc.

1944

O CARNAVAL — Fevereiro.

PORTUGAL ROTÁRIO — Maio — Director: Prof. Cruz Filipe.

VAMOS DECIFRAR — 1 de Junho — Director: Carlos de Carvalho César.

1945

ACÇÃO PEDAGÓGICA — Janeiro — Director: Guimarães Dias.

OS JOSÉS — (N.º 1 e 2) — Janeiro e Fevereiro.

A BOLA — 29 de Janeiro — Director: Álvaro de Andrade.

POLIGLOTA — Directora: Clárisse Pinto Ribeiro.

MUNDO DESPORTIVO — 6 de Abril — Director: Raul de Oliveira.

ARTE E ARQUEOLOGIA — Maio.

UNIVERSO — 11 de Junho — Director: Dr. Ed. Castro e Almeida.

VITÓRIA — 29 de Outubro — Director: Domingos Mascarenhas.

BAZAR — 11 de Dezembro — Director: Gualter Cardoso.

PELA GREI — 15 de Dezembro.

COLUMBO.

1946

O PROPRIETARIO — Janeiro — Director: Dr. Adriano de Seabra Cancela.

CARTAZ — 10 de Fevereiro — Director: Gentil Marques.

A BOMBA — 19 de Fevereiro — Director: Mário Ceia.

A NAÇÃO — 23 de Fevereiro — Director: José O'Neill.

MUNDO LITERARIO — 11 de Maio — Director: Jaime Cortesão Casimiro.

BALIZA — 11 de Maio — Director: Eurico Serra.

RESSURGIMENTO — Outubro.

1947

BOLETIM DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE MATEMATICA.

DIARIO NACIONAL — 27 de Fevereiro — Director: Carlos Moreira.

RISO MUNDIAL — 26 de Junho — Director: Jerónimo Pinteus de Sousa.

LISBOA CARRIS — Setembro.

1948

LAVOURA — Direcção técnica de Henrique C. Moura e Mouzinho Figueiredo.

ACTUALIDADES CLÍNICO-TERAPÊUTICAS — Dr. Fernando Melo.

O NOSSO LAR — Janeiro — Director: A. Correia da Silva.

O TRABALHOR — 17 de Janeiro — Director: A. J. Mendes (*Cerejo*).

O TRABALHADOR — 17 de Janeiro — Director: A. J. Mendes (*Cerejo*).

O MUNDO RI — Outubro.

1949

INDICES BIBLIOGRAFICOS — Janeiro.

JORNAL DA F. N. P. T. — Janeiro — Director: Eng. Agr. Luís Quartim Graça.

SUMMARIUM JABA — Março.

ECOS — Outubro.

BIBLIOGRAFIA FARMACEUTICA — Volume I — Outubro.

INFORMAÇÃO BIBLIOGRAFICA — Novembro.

A BEM DA LÍNGUA PORTUGUESA — Novembro — Director: Prof. Vasco Botelho de Amaral.

RIBATEJO — Novembro — Director: M. Facco Viana.

RECORD — Novembro — Director: Fernando Ferreira.

F I P — Novembro.

1950

REVISTA DENTAL PORTUGUESA — Janeiro a Março — Editor: M. Coimbra, Herdeiros, Ld.^a.

HOJE — Julho — Director: Rafael Seruya.

REVISÕES «NORMAL» — Agosto — Editor: Pires & Mourato Vermelho, Ld.^a.

ALVORADA — 20 de Dezembro — Director: P.^o Albino Manso.

1951

MEDICINA MODERNA — Vol. I.

CAMILIANA & VÁRIA — Janeiro-Março.

CARA ALEGRE — 10 de Janeiro — Director: Nelson de Barros.

A SEMANA — 17 de Março — Editor: Manuel Saldida.

O DEBATE — Março — Editor: Manuel de Portugal Branco.

SOL E SOMBRA — 11 de Maio — Director: C. Veloso da Costa.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO — Julho — Conselho de Redacção: Dr. Luís Figueira.

«EX LIBRIS» — Setembro-Outubro — Director: Mário Lourinho Rodrigues Vinhas.

TERRA LUÇA — Outubro — Director: D. Sebastião Pessanha.

O DESPACHANTE — Novembro — Director: Ruy Ribeiro.

1952

TRÂNSITO — Proprietário: Dr. Raul de Carvalho.

NOTÍCIAS DE GERONTOLOGIA — Janeiro.

LEGIÃO EM MARCHA — Janeiro — João Ameal.

DONALD — 23 de Março.

ACTUALIDADES — 10 de Abril — Director: Portal da Costa.

ALVORADA — Maio — Luís Vaz de Sousa.

LER — Abril.
BOLETIM DA IMPRENSA. (*Não tem data em parte alguma*).
CULTURA E RECREIO. (*Não tem data alguma*).

ACTIVIDADES SANITAS — Julho.
1953

O CAMINHO — Março — Director: P.º António A. Abrantes.

A P Ê N D I C E

1884
A PRECE — Abril — Número único.

1889
CARTA D'ALFORRIA — Por Camilo Castelo Branco e Tomás Ribeiro.

1892/1893
O PROSCENIO (N.ºs 1 a 34) — 17 de Outubro e 22 de Dezembro.

1894
OS BARBAROS — Outubro.

1895
ALBUM DE 19 DE SETEMBRO.

1898
GIL BRAZ (N.º 3) — 20 de Maio — Redactor: Joaquim Vieira Júnior.
ALBUM ARTISTICO DE PORTUGAL — Agosto — Editor: José Joaquim de Almeida.

1899
PRÓ JUSTIÇA (Número único).
CENTENARIO DO INFANTE D. HENRIQUE — Homenagem do «Diário de Notícias».

1900
A MOSCA — 5 de Novembro.
O CYCLISTA (N.ºs 1 a 55, de 9 de Dezembro a 31 de Dezembro).

1901
A PESTE — De Joaquim Leitão.

1902
A AURORA — 20 de Novembro — Editor: Manuel de Jesus Melenas.

1903
O ANTÓNIO (Número único) — 1 de Fevereiro — Direcção literária de António Ribeiro.

1904
O DOMINGO — 20 de Março — Editor: Manuel Moreira.
CONSAGRAÇÃO — Dezembro — Dirigido por Fernão Botto Machado e Gonçalves Neves.

1905
ALMA PORTUGUESA — 19 de Fevereiro — Director: José Saragga.
NOTÍCIAS DO DIA — 9 de Abril — Editor: José António de Carvalho Bastos.
O PROGRESSO — 10 de Abril — Director: D. José de Sousa Coutinho.
OS RIDÍCULOS — 12 de Abril — Editor: Cruz Moreira.
ECHOS DE LISBOA — Maio — Director: Santos Vieira.
A PÁTRIA — Agosto — Editor: Artur Ferreira.
JORNAL DO SPORT — 28 de Setembro — Director: José Pontes.
OS SPORT — 22 de Outubro — Director: José Pontes.
REVISTA ELEGANTE — 25 de Outubro — Director: Jacinto Garrido.
O PAIZ — 21 de Dezembro — Director: Meira e Sousa

1906

- A JUSTIÇA — Fevereiro — Director: José d'Aquino.
 O BINÓCULO — 18 de Fevereiro — Director: Luís Santos (*Satellite*).
 A MARSELHESA — 8 de Fevereiro — Editor: Tomaz Rodrigues Matias.
 O VIRA — 1 de Março — Editor: Manoel d'Oliveira Têque.
 PIM! PAM! PUM! — 28 de Abril — Director: Eduardo Fernandes (*Esculáio*).
 BORGA — 17 de Maio — Editor: Tomás Rodrigues Matias.
 A SEMANA ILLUSTRADA — 29 de Setembro — Directores: José Coutinho de Lucena e Raul Moreira Courrege.
 OS TYPORIOS — 5 de Outubro — Editor: Cândido Chaves.

1907

- O CHRISTO.
 O ESPECTRO — 22 de Fevereiro — Directores: F. Salvador Viegas e Raymundo Alves.
 O REBATE — Junho.

1908

- O XUÃO (Número Único) — Fevereiro — Director: Estêvão de Carvalho.
 PÁTRIA NOVA — 9 de Fevereiro — Director: Jayme de Sousa Sebroza.
 O MALCREADO — 1 de Março — Director: Augusto d'Azevedo.
 A REPÚBLICA — 19 de Março — Director: Artur Leitão.
 O RISO — 6 de Setembro — Director: Alves de Carvalho.
 O PROTESTO — 25 de Julho — Redactor: Pinto Quartin.
 A REPÚBLICA SOCIAL — 18 de Outubro — Administrador: João Pereira.
 O POVO D'OEIRAS — 18 de Outubro — Director: César Frazão.
 A VIDA DESPORTIVA — 13 de Dezembro — Redactor: Mário Sant'Ana.

1909

- A MONARCHIA NOVA — 27 de Fevereiro — Director: Rodrigo Diniz.
 O LEANDRO — 13 de Julho — Director: José Carvalhais.
 O COMBATE — 30 de Agosto — Redactor: António José Guedes.
 O RAI0 — 13 de Novembro — Director: Raul Courrege.
 MÁ LÍNGUA — 5 de Dezembro — Director: Artur Arriegas.

1910

- O PHANTASTICO — Fevereiro — Director: Óscar Barris Fresno.
 SPORT NACIONAL — 19 de Fevereiro — Director: J. da Costa Braga.
 O COMETA — Maio — Director: F. José dos Santos.
 OS SPORTS ILLUSTRADOS — 11 de Junho — Director: José Pontes.
 O JORNAL DA MULHER — 5 de Julho — Directora: Albertina Paraíso.
 O ZIG ZAG — 16 de Outubro — Director: Jorge Martins dos Santos.

1911

- A TROÇA — 5 de Janeiro — Director: Arménio Monteiro.
 REPÚBLICA — 15 de Janeiro — Director: António José de Almeida.
 PROCURAL — 15 de Janeiro — Redactor: Vaz Ferreira.
 HERALDO — 27 de Março — Director: Pádua Correia.
 A GARRA — 8 de Setembro — Director: Carlos Granja.
 O POVO — 5 de Outubro — Director: Ricardo Covões.

1912

- FOLHA DA TARDE — 22 de Janeiro — Director: José Júlio Rodrigues.

- A ALVORADA — 12 de Fevereiro — Director: Mário Monteiro.
 A TARDE — 16 de Abril — Editor: Camilo de Sousa e Almeida.
 O ECO — 26 de Setembro — Director: Pereira Bravo.

1913

- TERRA LIVRE — 13 de Fevereiro — Director: Pinto Quartin.
 O MOSCARDO — 27 de Maio — Director: Francisco Valença.
 O THALASSA — 20 de Junho.

1914

- A ARTE — 1 de Fevereiro — Editor: Alfredo Monteiro.

1916

- REVISTA DE JUSTIÇA — 10 de Março — Redactores: F. Fernandes da Costa, Germano Martins etc.
 O ENSINO — Junho — Director: José d'Aquino Falcão.
 DIÁRIO NACIONAL — 15 de Agosto — Director: Ayres de Ornelas.
 PRÓ MÚSICA — 1 de Novembro — Editor: Ruy Coelho.
 O ESTUDANTE (N.º único) — 5 de Outubro — Director: Marciano Nicanor da Silva.

1917

- JORNAL DOS TRIBUNAIS — 28 de Julho — Director: João António Borges.

1918

- ALMA NOVA — Janeiro — Director: Adeline Tarrozo.
 TEATRO (N.ºs 1 e 2) — Janeiro e Fevereiro

reiro — Directores: José Parreira e Roque da Fonseca.

5 DE DEZEMBRO — 5 de Outubro — Gerente: M. A. Oliveira.

A MÚSICA — 1 de Novembro — Director: Eugénio Vieira.

A FARÇA — 29 de Dezembro — Director: Eduardo Reis Filho.

1919

O TENOR ROMÃO — 5 de Janeiro — Director: Gomes Monteiro.

A REPÚBLICA NOVA — 14 de Janeiro — Director: Manuel Pedro Cardoso Bravo.

A BATALHA — 23 de Fevereiro — Editor: Joaquim Cardoso.

A TROVA POPULAR — 23 de Março — Director: Manuel Nunes.

O BERRO — 27 de Abril — Director: António Ribas de Avelar.

REVISTA DE PORTUGAL (N.ºs 1 e 2), de 24 de Maio a 2 de Agosto — Director: D. J. de Sousa Coutinho.

COMMENTARIOS — Julho — Director: Julião da Silva.

A ELITE — 1 de Julho — Director: João Rodrigues.

O IMPARCIAL — 17 de Agosto — Director: Mário Pires.

A DEMOLIÇÃO — 12 de Outubro — Director: Manuel Rodrigues dos Santos.

O RISO — Dezembro — Director: Urbano de Oliveira.

A NOITE — 2 de Dezembro — Director: Bourbon e Meneses.

O DEZEMBRISTA — 14 de Dezembro — Director: José Nunes.

1920

PROTEU — Setembro — Directores: Romeu de Avelar.

ANAIIS DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA.

1921

- A VEDETA — 1 de Janeiro — Director: Jaime do Castro.
O MOSQUETEIRO — Março — Editor: Afonso Salcedo.
DIÁRIO DE LISBOA — 7 de Abril — Director: Joaquim Manso.
REVISTA COLONIAL — Julho — Director: Lorjô Tavares.
A ROSCA — Outubro — Eduardo Marques.

1922

- A HUMANIDADE — 21 de Janeiro — Director: José Borges de Castro.
MUNDO TEATRAL — Maio — Director: Augusto Abel dos Santos (*Mil Flores*).
O SÉCULO (N.º 14.622) — 26 de Outubro — Director: J. J. da Silva Graça.
O VINGADOR — Por William Duncan.
ARQUEOLOGIA E HISTORIA.

1923

- VIDA MUSICAL — 26 de Janeiro.
BOLETIM DA INSPECÇÃO GERAL DE SANI-

DADE ESCOLAR — Director: Dr. José Guilherme Pacheco de Miranda.

1924

- LUSITANIA (Fascículo I) — Janeiro — Directora: D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.
A PUBLICIDADE MODERNA (Fascículo I) — Abril — Director: Ribeiro de Sousa.
CAMPOLIDE CLUBE — Julho — Mário Fernandes.

1925

- O D*ff(k4* I2X:5x3»* — 18 de Janeiro — Director: Eduardo Gomes.

1927

- MAGAZINE BERTRAND — Janeiro.
A FEDERAÇÃO RECREATIVA — Junho — António Matos Pereira Alves.

VISTAS DE LISBOA

por ANTÓNIO DE AGUIAR

(Continuação do n.º 61)

76

VISTA tirada do rio, vendo-se a Torre de Belém.

Insc. — TOUR DE BELEM (na parte sup. da mancha, dentro duma filacteria). *Der thurm Belem oder Bethlehem* (na marg. sup.).
Dim. — 108 × 158 mm.
Proc. — Gravura.

77

VISTA da Torre de Belém tirada do rio, onde navegam vários barcos.

Insc. — VUE DE LA BAYE DE LISBONNE (na marg. inf.).
Subs. — *Gravé par Tardieu l'ainé, Rue de Sorbonne* (na marg. inf., à esq.).
Dim. — 224 × 174 mm. de vin.
Proc. — Gravura.

78

VISTA da Torre de Belém tirada do rio, onde navegam 3 barcos à vela.

Insc. — TORRE DE BELEM (na marg. inf.).
Subs. — *J. Pedroso des. e grav.* (na parte inf. da man., à dir.).
Dim. — 173 × 133 mm.
Proc. — Gravura.

79

VISTA da Junqueira, vendo-se no 1.º plano, à esq., um carro de bois enfeitado com ramos e precedido de 6 homens; mais para a dir. está uma barraca com melancias e um grupo de mulheres a comê-las.

Ao centro um grupo de populares bebendo e dançando ao som duma gaita-de-foles e dum tambor. À dir., três barcos atracados ao cais, descarregando. Ao centro um enorme barracão; do lado esq. o Palácio da Junqueira, e do lado dir. um trecho do rio Tejo com barcos, vendo-se ao fundo o casario da cidade.

Insc. — VISTA DA CIDADA (sic) DE LISBOA TOMADA DA JUNQUEIRA *dedicada a Sua Alteza Real o Príncipe Regent (sic) de Portugal & &. Pelo seu muito Humilde e Reverendo Criado Henrique L'Eveque*. VUE DE LA VILLE DE LISBONNE PRISE DE LA JUNQUEIRA (na marg. inf.).

Subs. — *H. L'Eveque del.^t et sculp.^t* (na marg. inf. à dir.). *London Published October 1815 by H. L'Eveque 14 Brompton Row* (ao meio, junto ao vinco).

Dim. — 740×530 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

80

VISTA igual à anterior e sua contrafacção.

Insc. — VUE DE PORT DE LISBONNE (na marg. inf., ao meio).

Subs. — *Paris Chez Offroy Rue des Fossés du Temple 68* (na marg. inf., à esq.). *Depose L. H. Lévêque del.* (na marg. inf., à dir.).

Dim. — 700×440 mm.

Proc. — Gravura.

81

VISTA do Mosteiro dos Jerónimos, tirada do sul. No 1.º plano, à esq., vê-se um barco à vela descarregando lenha para um carro de bois, e mais outro aguardando a sua vez. Mais à dir. um cozinheiro exerce a sua profissão e perto um homem deitado no regaço duma mulher e junto a eles uma porca com a sua cria.

Ao centro vêem-se umas barracas, duma das quais sai um homem transportando um prato com comida fumegante, o qual se dirige para um grupo de homens e mulheres, alguns deles sentados. Junto do grupo estão um pobre pedinte, um *andador*, um soldado, uma rapariga namorando e um cego tocando.

Ao fundo vê-se o Mosteiro e à esq. um trecho do rio com a Torre de Belém.

Insc. — VISTA DO CONVENTO DE ST.º JERÓNIMO DE BELEM E DA BARRA DE LISBOA, *dedicada a Sua Alteza o Príncipe Regent (sic) de Portugal & &. Pelo seu muito Humilde e Reverente Criado Henrique L'Evêque*. VUE DE COUVENT DE ST. JEROME DE BELEM, ET DE L'ENTREE DE LA BARRE DE LISBONNE (na marg. inf.).

Subs. — *H. L'évêque del.^t et sculp.^t (na marg. inf., à dir.). London, Published October 1815 by H. L'Eveque 14 Brompton Row. (Idem, ao meio).*

Dim. — 740×530 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

82

Contrafacção da estampa anterior, com as seguintes:

Insc. — *VUE DE LA VILLE DE LISBONNE (na marg. inf., ao meio).*

Subs. — *Paris, Chez Offroy, Rue des Fossées du Temple 68 (na marg. inf., à esq.). Depose. L. H. Leveque Del. (Idem, à dir.).*

83

Representa um homem de corpo inteiro, voltado para a frente e olhando para a esq., de pé, com cabelos compridos e grande chapéu com 3 penas, segurando na mão uma bengala. Traja um colete (?) sem abotoadura, guarnecido com fitas no rebordo inferior e nas cavas, das quais saem amplas mangas. Veste calções larguíssimos e meias altas. Os sapatos são de fivela. Usa um largo cinto sobre o colete.

Na marg. sup. lê-se: *Costume Portugais e N.º 106.*

Insc. — *Habitant des environs de Belem près de Lisbonne (na marg. inf.).*

Subs. — *Malewre (no canto inf. dir. da man.). A Paris, chez Martinet, Librairie, rue du Coq, n.º 15 (por baixo da insc.).*

Dim. — 115×159 mm. de man.

Proc. — Gravura.

84

VISTA do Palácio do Duque de Aveiro, em Belém, vendo-se no último plano, à esq., o rio Tejo. No 1.º plano estão vários personagens a pé e a cavalo e 4 coches.

Insc. — *Vue de la Maison du Duc de Aveiro de Lisbonne (na marg. inf., ao meio). Maison du Duc Aveiro (na marg. sup. em escrita invertida).*

Subs. — *Published According to Act of Parliament 1706 (na marg. inf., à esq.). A' Londres Chés Wichnyther et à Paris Chez J. Cheureau Rue St. Jaques au dessus de la Fontaine St. Severin aux 2 Colonnes n.º 257 (na marg. inf., por baixo da insc.).*

Dim. — 390×267 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

120

VISTA igual à anterior, com as seguintes:

Insc. — *Vue Perspective du Palais du Duc D'Aveiro a Lisbonne* (na marg. inf.).

Subs. — *Presentement chés Lachaussée rue S. Jaques* (na marg. inf., à esq.) *a Paris chez Daumont rue St. Martin.* (Idem, à dir.).

Dim. — 403×265 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

Antes da insc. tem: 119°.

VISTA igual às anteriores, com as seguintes:

Insc. — *Palais du Comte d'Avero, a Lisbonne où Charles III a été Logé* (na parte inf. da man., dentro duma cartela rectangular).

Dim. — 166×131 mm. de vin.

Proc. — Gravura.

Só depois do estudo comparativo e histórico destas 3 espécies se poderá saber exactamente se nelas é representado o Palácio que o Marquês de Pombal mandou reduzir a cinzas em 12 de Janeiro de 1759.

Em face dos elementos que elas nos fornecem tanto pode ser o Palácio dos Cortes Reais (à actual Rua do Arsenal), como o do Duque de Aveiro, como ainda o do Conde de Aveiras (actual Palácio de Belém). Nenhum destes, porém, parece que era orientado relativamente ao rio, como o está o que estas espécies nos apresentam.

VISTA tirada do sul, compreendendo a parte da margem direita do Tejo desde as alturas da Capela de S. Jerónimo até ao Palácio do Duque de Aveiro, vendo-se, portanto, todo o Mosteiro dos Jerónimos. No rio vêem-se vários barcos e algumas toninhas.

No meio da marg. inf. tem o brasão de armas do Príncipe de Gales com as divisas: *Honni soit qui mal y pense* e *Ich Dieu.*

Tem 5 rubricas de referências, numeradas de A a E, dispostas em 2 colunas: a da dir. de 4 linhas e a da esq. de 3.

Insc. — *To His Royal Highness George Prince of Walles THIS VIEW OF BELEM BY LISBON AS BEFORE THE LATE EARTHQUAKE is Humbly Inscribed by His Royal Highness's Most Dutiful, Most Devoted & Most Obedient Humble Serv.^t Georg.^o Hawkins* (na marg. inf., ao meio.).

Subs. — *Drawn by C. Lempiere, revis'd & painted by R. Paton.* (na marg. inf., à esq.). *Engrav'd by P. Foudrinier.* (na marg. inf.,

à esq.). London, Publish'd Accorag. to Act of Parl.^t 29th of
Novr. 1756 by G. Hawkins (at Temple Barr) Bookseller to H.
R. H. The Prince of Walles (na marg. inf., ao meio).

Dim. — 782×405 mm. de vinc.

Proc. — Gravura.

88

VISTA da Torre de Belém, tirada da margem dir. do rio, de montante, onde se vê, no 1.º plano, junto ao cais, uma barcaça e um bote com várias personagens a bordo ouvindo um homem tocar viola sentado no cais, ao pé duma mulher. À esq. o rio Tejo, onde navegam vários barcos.

Insc. — A VIEW OF THE CASTLE OF BELEM AT THE ENTRANCE OF THE PORT OF LISBON. *The original Drawing by Noel in the possession of Gerard de Visme Esq.* (na marg. inf.).

Subs. — *Drawn by Noel* (na marg. inf., à esq.). *Engraved by Wells* (idem, à dir.).

Dim. — 610×420 mm. de man.

Proc. — Água-tinta.

Esta vista, as 5 que se seguem e mais 2 de Sintra formam a conhecida e apreciada série de Noel-Wells.

Salvo algumas raras provas a 2 cores, a série foi estampada a sépia. Aparecem frequentemente exemplares coloridos que sofreram esta bárbara operação muito depois da estampagem. Em várias provas desta vista da Torre de Belém vê-se drapejando no topo da torre a bandeira azul e branca — cores que a bandeira nacional só veio a ter 40 anos depois do aparecimento da espécie!

Xavier da Costa (*As Belas-Artes Plásticas em Portugal*, pág. 185) atribui os desenhos de que derivam estas estampas a Antoine Apuril du Pontreau Noel, padre francês emigrado em Portugal.

A Sr.ª D. Maria José Mendonça (*Boletim dos M. N. de A. A.*, vol. I, pág. 115) atribui-as a Alexandre-Jean Noel, discípulo de Vernet.

Gerard de Visme foi um opulento negociante holandês (?) residente em Lisboa, que possuiu o monopólio do pau-brasil. Como prova de reconhecimento pelos favores recebidos de Pombal, mandou pintar o célebre retrato do Marquês que hoje se conserva em Oeiras. Protector de artistas, possuiu um grande museu de obras de arte, história natural e raridades.

A mais rara vista da série é a do Terreiro do Paço, seguindo-se a do Aqueduto e a da Torre de Belém.

89

VISTA do Aqueduto das Águas Livres, no sítio de Campolide, vendo-se no 1.º plano duas vendedeiras e alguns homens a cavalo. Ao meio nota-se uma ermida.

- Insc. — A. S. W. VIEW OF THE GRAND AQUEDUCT OVER THE VALLEY OF ALCANTARA NEAR LISBON *From an original Drawing by Noel, in possession of Gerard de Visme Esq (na marg. inf.)*.
 Subs. — *Drawn by Noel (na marg. inf., à esq.): London Published Dec. 1.st 1792 as the Act directs; (ao meio, junto ao vinco): Engraved by J. Wells (idem, à dir.)*.
 Dim. — 660×485 mm. de vin.
 Proc. — Água-tinta.

90

VISTA da Praça do Comércio, tirada do rio, com a estátua equestre de D. José I, à esq., vendo-se a alfândega à dir.

- Insc. — A VIEW OF THE PRAÇA DO COMMERCIO AT LISBON, *taken from the Tagus the original Drawing by Noel, in the possession of Gerard de Visme esq. (na marg. inf.)*.
 Subs. — *Drawn by Noel (na marg. inf., à esq.) London, Published as the Act directs Dec. 1.st 1792 (na marg. inf., ao meio). Engraved by Wells (idem, à dir.)*.
 Dim. — 655×485 mm. de vin.
 Proc. — Água-tinta.

91

VISTA do Castelo de Almada, vendo-se a ponta de Cacilhas, tirada do rio Tejo, onde navegam vários barcos.

Embora não represente a cidade de Lisboa, não a destacamos do conjunto das estampas Noel-Wells porque representa um antigo aspecto dum panorama que é tão familiar a todos os lisboetas.

- Insc. — *A view taken from Lisbon of the Point of Cassilhas, the English Hospital & The Convent of Almada. The original drawing by Noel in the possession of Gerard de Visme Esq. (na marg. inf.)*.
 Subs. — *Drawn by Noel (na marg. inf., à esq.) London, Published as the Act directs May 20th. 1793 (idem, à dir.)*.
 Dim. — 655×485 mm. de vin.
 Proc. — Água-tinta.

O hospital inglês de Almada foi o último vestígio dos privilégios que D. Afonso Henriques deu aos Cruzados ingleses após a conquista de Lisboa aos Mouros.

92

VISTA de Benfica.

- Insc. — *A View of the Quinta of Gerard de Visme Esq.^r at Bemfique near Lisbon including the Farm House &c. — From the original picture by Noel (na marg. inf.)*.
 Subs. — *Engraved by Wells (por baixo da mancha)*.
 Dim. — 675×473 mm.
 Proc. — Água-tinta.

VISTA de Benfica.

- Insc. — *A View of the Quinta of Gerard de Visme Esq. at Bemfique Near Lisbon including the Quinta of the Marquis de Fronteira &c — from the original picture by Noel* (na marg. inf.).
 Subs. — *Engraved by J. Wells* (por baixo da mancha).
 Dim. — 670×470 mm.
 Proc. — Água-tinta.

LITOGRAFIAS

VISTA tirada do norte, vendo-se no 1.º plano um denso arvoredado e ao fundo o Castelo de São Jorge e o casario, e do lado dir. a Sé, as ruínas do Carmo e o rio Tejo.

- Insc. — VISTA DO LADO ORIENTAL DA CIDADE DE LISBOA, TIRADA DO JARDIM DE S. PEDRO D'ALCANTARA, 1844 (na marg. inf.).
 Subs. — *Souza e Barreto lith.* (na marg. inf., à esq.). *Copia de Daguerreotypo* (idem, ao meio). *Lith. de M. L. da Ct.ª R. N. dos M.ª N.º 12 Lx.ª* (idem, à dir.).
 Dim. — 390×283 mm. de man.
 Proc. — Litografia.

VISTA tirada do norte.

- Insc. — *Uma Vista de Lisboa tomada do Passeio de S. Pedro d'Alcântara* (na marg. inf., ao meio).
 Subs. — *Legrand Lith.* (à esq.). *Lith. de M. L. da Costa. R. N. dos Mt.ª n.º 12 Lx.ª* (à dir.).
 Dim. — 217×139 de mancha.
 Proc. — Litografia.

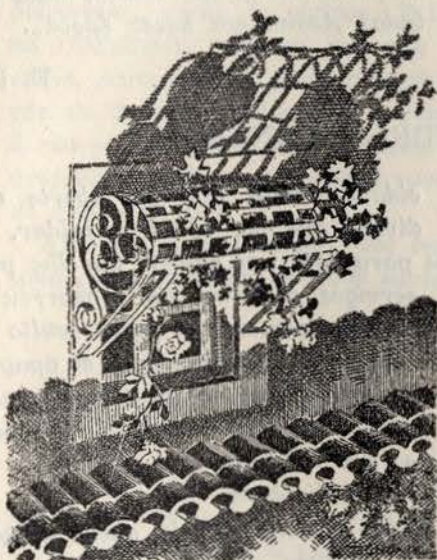
VISTA do Passeio Público, vendo-se no 1.º plano, ao centro, um obelisco encimado por uma estrela de 6 pontas. Duas fiadas de bolões bordam, sob o arvoredado, a rua central do Passeio, na qual caminham muitas dezenas de pessoas, uma das quais se supõe ser El-Rei Dom Fernando II.

- Insc. — ILLUMINAÇÃO DO PASSEIO PUBLICO EM 1851 (na marg. inf., ao meio).
 Subs. — *Lith. de A. S. de Castro, L. da Trind.ª N.º 9 Lx.ª* (na marg. inf., à dir.).
 Dim. — 221×135 mm. de man.
 Proc. — Litografia.

(Continua)

FEIRA DA LADRA

JANELAS DE ALFAMA



NO nosso salão pequenino, que as exposições e as conferências às vezes engrandecem, Luís Trindade mostrou aos Amigos de Lisboa uma teoria de desenhos graciosos e finos, todos eles amadores da cidade do Tejo e reproduzindo aspectos e motivos de arte da fisionomia alfacinha. Entre eles tentaram os olhos dos visitantes, aqueles que nos deram a melhor poesia de Alfama, o recorte e a graça imprevista das suas janelas humildes e floridas, rasgando-se nos paramentos velhinhos, ou coroando os beirais destelhados. O artista foi de uma felicidade estranha, pela inspiração

e pela realização. E a exposição ficou marcada por um êxito de concorrência, por um acordo elogioso da crítica, e ainda por um livro-catálogo que a perpetua e a documenta, ilustrado de quadras que, por serem populares, não perderam o lirismo do assunto.

O PÓRTICO MONUMENTAL DA ENTRADA DO HOSPITAL DE SÃO JOSÉ

O trânsito impõe cirurgias alarmantes à velha urbe, capital dos portugueses. A sua ferocidade vai além de tudo quanto se possa temer. O expressivo pórtico que dava entrada ao pátio do Hospital de São José, erguido no tempo de D. João VI (1811) para comemorar a libertação do país do domínio francês, primeiro e único monumento do género, foi sacrificado na sua pureza original, para que esse terrível e despótico Trânsito não sofresse qualquer impedimento, hesitação ou demora. Apearam-no e estão a levantá-lo outra vez, convenientemente alargado e alteado, como convém à passagem dos carros, carrinhos e carretas. Deve ficar lindo! Já se sabe que ninguém foi consultado, que pessoa alguma reflectiu sobre o prejuízo da mudança das proporções, como se aquilo fosse um muro ou uma parede. A Nota Oficiosa diz que os Amigos de Lisboa podem continuar sossegados. E nós ficamos realmente sos-

segadíssimos, antegozando o monumento estropiado, alterado e, obraspublicamente, estragado.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TODOS que compram livros em 2.^a mão estão habituados a encontrar surpresas. Uma vez estão cheios de notas manuscritas, outras vezes essas notas vêm em separado; também encontram alguns parágrafos metidos em chave, ainda a nota ou explicação em aditamento no fim da página ou capítulo. Há também o exemplar impecável; acabado de sair da tipografia! — que foi mexido com cuidado. Posso um exemplar do Itinerário Lisbonense de 1804 nestas últimas condições, apenas com esta curiosa nota na folha de guarda:

/4/4/0

Na Cid.^o de Lisboa numeram-se 39.542 Portas o q̄ fez de despeza 1.851\$395 Reis. 2145 Candieiros illuminarão a Cid. em 1820 os quais são servidos por 150 Moços e fazem a despesa de 70 contos de reis por anno. Cada hum dos Candieiros prompto de seus pertences, custa collocado na parede, 32 a 36 mil reis.

E já agora também o título do Itinerário:

Itinerario Lisbonense
ou
Directorio Geral
de todas as
Ruas, Travessas, Becos
Calçadas, Praças, etc.
que se comprehendem no recinto
da Cidade de Lisboa
com
os seus proprios nomes principio

e termo, indicados dos lugares
mais conhecidos e geraes
para
utilidade e uso e commodide
de
Extrangeiros e nacionaes
——//——
Lisboa
na Impressão Regia
ano M,DXXX,IV
Por ordem Superior

Um pouco comprido talvez, mas não diz tudo? Assim era nessa época...

E. P.

PEDRO BLANCH

A cidade-fadista tem em aberto uma dívida que lhe conviria saldar. Dívida para com um homem que lhe prestou serviços inestimáveis e morreu há anos, silenciosamente — quase occulto na quele anonimato honesto onde se apagam, depois duma mensagem prestimosa, quantos não sabem trabalhar, por temperamento, por virtude, por pudor, a sua própria publicidade.

Depois de João Arroio, que à divulgação da cultura musical em Lisboa deu tanto do seu esforço, vai para 50 anos, entre outros trabalhos iniciando em Portugal o gosto, o interesse pela vasta obra wagneriana — Pedro Blanch foi o mensageiro vulgarizador do concerto sinfónico domingueiro. As tardes da «Orquestra Sinfónica Portuguesa» no antigo «República», resultaram obra sua — obra que há cerca de quarenta anos atingiu, no «bom-tom» lisboeta, um nível de grande interesse. Os «Concertos Blanch» expressavam, então, um acontecimento importante na história da música, vivida na cidade-fadista. David de Sousa veio depois.

Aragonês de sua origem (que impor-

ta?), Pedro Blanch era em Portugal um nacionalizado. Divulgou os seus raros méritos em Lisboa, aqui deixando uma obra que proliferou depois. A Nona Sinfonia, de Beethoven, foi ele quem, primeiro, a fez ouvir em Portugal. Para isso trouxe da sua terra o «Orfeão Donostiarras». Toda a cultura musical, divulgada, é posterior.

Na hoje já vasta toponímia da Capital falta, por dever de gratidão da cidade, o nome simples, desprezioso, honesto, de Pedro Blanch. A nossa «Lisboa, à beira-mar, cheia de vistas», hoje caída na «fadistice», voltada, por sua enorme culpa, para o elogio publicado duma canção de derrota, molengona e reles, deve à sua consciência o colocar numa esquina arejada da cidade moderna o nome probo de Pedro Blanch.

Até lá a cidade-fadista tem em aberto uma dívida que lhe convém saldar.

Luís Moita

VELHARIAS DO BAIRRO ALTO — III

A surpresa que tive recentemente, de ver modificarem neste popular Bairro, um primitivo edifício de arquitectura genuinamente portuguesa, «fins do século XVII», originou a oportunidade de escrever o que a minha memória retém acerca desta extinta curiosidade, a fim de que os amadores de velharias citadinas, no futuro, se recordem que no local onde hoje se vê uma vulgaridade lisboeta, durante longos anos se viu uma preciosidade bairrista.

Esta evocação visa um imóvel ao qual recentemente alteraram a sua traça original. Está localizado na Rua de São Boaventura, esquina da íngreme Calçada do Cabra. Era um elegante palacete que, em princípios de 1952, ainda prendeu a

minha atenção, fixando o harmonioso conjunto da sua bela fachada, que mantinha no topo uma típica mansarda, ostentando longa varanda corrida e gradeada em ferro, trabalhado no estilo da época. O bem lançado primeiro andar era um encanto para ver, contendo discretas varandas que resguardavam harmoniosas portas de janelas, simples, mas de apreciado trabalho complementar. No rés-do-chão era precioso o conjunto das suas janelinhas, gradeadas ao jeito dos locutórios de modestos conventos, sendo ladeadas nos extremos por majestosos portões de sólida madeira antiga, encaixilhados em resistentes arcos de pedra (de volta redonda) e ferrageados com adequados batentes e argolões formando um agradável conjunto que despertava a atenção dos alfacinhas, transeuntes destes memoráveis arruamentos. O portão da direita dava acesso para um pequeno átrio guardado de raros azulejos policromos, com desenho uniforme; o da esquerda era serventia para um vasto recinto empedrado, onde outrora decerto se recolhiam variadas «cadeirinhas», condutoras das donairosas Sécias, visitas desta acolhedora moradia ou frequentadoras do velho Teatro do Bairro Alto, que existiu ao cimo do mesmo arruamento, no antigo Pátio do Conde de Soure.

O curioso edifício aqui descrito foi outrora pertença da Misericórdia de Lisboa, que, numa data oportuna, o vendeu em hasta pública a um tio do senhor Eduardo Almeida Costa, sendo este lisboeta, anos depois, o herdeiro do imóvel, deixado por sua vez em legado ao senhor Doutor Eduardo da Cunha e Costa (Picoas) que foi devotado Amigo de Lisboa e sócio deste agrupamento desde os primórdios da sua fundação. Após o falecimento deste último proprietário e seu habitante (ocorrido em Sintra no Verão de 1950) os Excelentíssimos Administradores do

Hospital de Saint-Louis adquiriram aos respectivos herdeiros o mencionado edificio para ampliação dos seus humanitários serviços.

Já não volto a ocupar tempo admirando esta «velharia» do meu bairro. Uma profunda remodelação que lhe impuseram tornou-a irreconhecível: aumentaram-lhe um andar, desapareceram os seus imponentes portões, rasgaram janelas, e

as suas paredes exteriores ficaram mascaradas de Architectura banal, incharacterística, como infelizmente succede a tantas outras propriedades antigas, monotizando-se assim a estética desta encantadora Lisboa, que um nosso imortal Historiador, numa ideia feliz, apelidou Cidade de Mármore e Granito.

Teodoro Lopes Ramos

Telef. 2 0244

Teleg. PAPELCAR

P A P E L A R I A
C A R L O S
DE — CARLOS FERREIRA, L. DA

34, RUA DO OURO, 38

LISBOA

Especialidade em livros para ESCRITURAÇÃO COMERCIAL

Grande sortido de artigos para DESENHO E ESCRITORIO

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

Porcelanas da Vista Alegre

Já há seis gerações que os lisboetas as apreciam

==== LARGO DO CHIADO, 18 — LISBOA ====

E. Pinto Basto & C.^a L.^{da}

LISBOA

**TRANSPORTES MARÍTIMOS
E AÉREOS**

CARVÃO

SEGUROS

**REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)**

EXPORTAÇÕES

TRANSITÁRIOS, ETC. ETC.

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.^a, L.^{da}

Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação. Trabalhos simples e de luxo

**PAPELARIA
≡ CAMÕES ≡**

DE

**AUGUSTO, RODRIGUES & BRITO,
LIMITADA**

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: Lefranc, Windsor, Pelikan e Schmincke



42 — Praça Luís de Camões — 43
Telef. 23063 — LISBOA

CASA AFRICANA

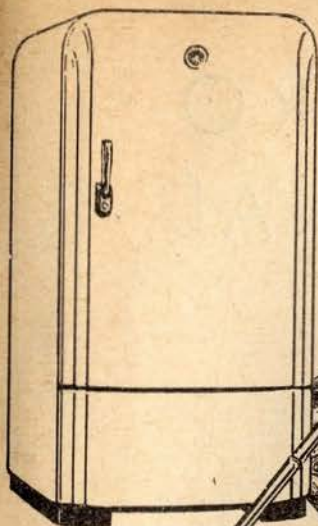
Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

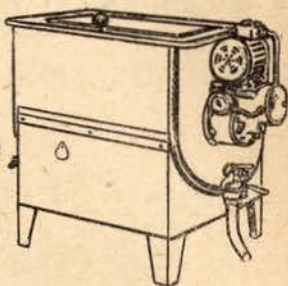
HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

PARA ENTREGA IMEDIATA



ASPIRADORES—ENCERADORAS
FRIGORÍFICOS
MÁQUINAS DE COZINHA



HIDRO-EXTRACTORES
MÁQUINAS DE LAVAR

ELECTROLUX, LIMITADA
LISBOA — COIMBRA — PORTO

PORTO DE LISBOA

(Administração Geral)

AREAS — Molhada 11.150 hectares; terrestre utilizável 2.000 Ha. sendo 10 Ha de área coberta.

VIAS FÉRREAS — Superior a 50 km. de comprimento ligadas à rede ferroviária do País.

CAIS ACOSTAVEIS — Comprimento total de cerca de 13 km.

DOCAS SECAS — Cinco de comprimento entre 42 e 180 metros.

DOCAS DE ABRIGO — Sete, com 45 Ha. de área molhada total.

CARREIRAS DE CONSTRUÇÃO — Três, respectivamente com 87, 120 e 150 metros de comprimento.

OFICINAS DE CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL — Amplas e convenientemente aparelhadas.

GUINDASTES — Hidráulicos, a vapor e eléctricos, terrestres e flutuantes, cuja potência elevatória varia de 1.500 kg. a 100.000 kg.

MATERIAL MARÍTIMO — Rebocadores, dragas, barcas de água e batelões diversos, cilindros impulsores, etc.

WARRANTS — Faculdade de emitir warrants, nos termos do Código Comercial.

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO PORTO DE LISBOA

CAIS DO SODRE

Telets. 25001/3 e 25655/6

Endereço Telegráfico PORTISBOA

UM BOM LIVRO
UM BOM JORNAL

SÓ NA



ARCA REGISTRADA

COMPOSIÇÃO MECÂNICA



TRABALHOS GRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



151, RUA DO SALITRE, 155—LISBOA
T E L E F O N E P B X 5 3 1 7 3 / 4

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

A mais antiga e maior empresa armadora portuguesa nas carreiras de África

SEDE
RUA DO COMÉRCIO, 85
LISBOA

SUCURSAL
RUA INFANTE D. HENRIQUE, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique»	18.220 Ton.	«Sofala»	18.520 Ton.
«Angola»	18.250 »	«Moçâmedes»	12.990 »
«Quanza»	11.550 »	«Rovuma»	12.990 »
«Luabo»	3.030 »	«S. Thomé»	12.550 »
«Zambézia»	3.538 »	«Nacala»	5.130 »
«Lúrio»	3.538 »	«Tagus»	2.320 »
«Índia»	11.400 »	«Angoche»	1.950 »
«Timor»	11.400 »	Em construção	
«Save»	2.680 »	«Niassa»	10.000 Ton. D. W.

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

VINHO DO PORTO

« GRAHAM »

«Emperor»
«Five Crowns»
«Six Grapes»
«Imperial Dry»

— «Tawny» Velhíssimo
— Muito velho e sêco
— «Vintage» Velho do casco
— «Ruby» Leve



GUILHERME GRAHAM JNR. & C.^A

Rua dos Fanqueiros, 7
Lisboa Tel. 20066-9

Rua dos Clérigos, 6
Porto Tel. 26961/2

Distribuidores no Sul

JOSÉ LUIZ SIMÕES — LARGO DO CHIADO, 17 — LISBOA

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 2 1368 2 1227



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em **80** volumes

Conheça, Leia, Aprecie, Divulgue

C A M I L O

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

FÁBRICA DE LOIÇA DE SACAVÉM, L.^{DA}

TEL. P.B.X. **FAIANÇAS** TELEG.
2 4958 DE LOIÇA
2 3902 **FANTASIA** LISBOA

E DE USO DOMÉSTICO
LOIÇA SANITARIA E
DE GRÉS CERAMICO
AZULEJOS-MOSAICOS

A MAIS PERFEITA FABRICAÇÃO

LISBOA

AV. DA LIBERDADE, 49 / 57

PORTO
R. CARMELITAS, 40
Tel. 22033

COIMBRA
R. DR. RODRIGUES, 13
Tel. 3546

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores

Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: Rua do Comércio, 39 Telefone: 30551

FROTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL	1.560 T.	n/m CARTAXO.	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.588 T.	n/m COLARES.	1.376 ⁵ T.
n/v ALCOUTIM	10.526 T.	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/m ALENQUER	6.588 T.	n/m CORUCHE	1.376 T.
n/m ALEXANDRE SILVA.	3.215 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALFREDO DA SILVA	3.643 T.	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9.588 T.	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.600 T.	n/v FOCA	2.060 T.
n/m AMBRIZETE	9.245 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANA MAFALDA	3.643 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANDULO	9.245 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m ANTONIO CARLOS.	2.974 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m ARRAIOLOS	9.588 T.	n/v MIRANDELA	8.280 T.
n/m BELAS	7.259 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BORBA	7.259 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m BRAGA	7.224 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.353 T.
n/m BRAGANÇA	7.224 T.	n/v ZÉ MANEL	1.240 T.

TOTAL: 196.277 TONELADAS

REBOCADORES:

«AFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO»,
«SOURE», «PRAIA DA ADRAGA»
E «PRAIA GRANDE»

33 Batelões (7 de 500 T., 24 de 400 T. e 2 de 250 T.).

25 Fragatas de (2.300 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO»
e «CAROCHA» e para o pessoal:
«ODELEITE» e «ODEMIRA»

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

n/m «Rita Maria» de 3.600 T. e para 70 passageiros e n/m «Manuel Alfredo» de 3.600 T. e para 12 passageiros

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINE • ANGOLA
ARGENTINA • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA • GROENLÂNDIA
E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL